

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
CURSO DE MESTRADO EM TEORIA DA LITERATURA

A CONQUISTA DO PARAÍSO INEXISTENTE
OS TRANSTORNOS DA IMAGINAÇÃO NOS RELATOS DE VIAGEM
DOS SÉCULOS XV E XVI

Rogério Mendes Coelho

Recife
2007

ROGÉRIO MENDES COELHO

A CONQUISTA DO PARAÍSO INEXISTENTE
OS TRANSTORNOS DA IMAGINAÇÃO NOS RELATOS DE VIAGEM
DOS SÉCULOS XV E XVI

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em Letras da
Universidade Federal de Pernambuco para
obtenção do grau de mestre em Teoria da
Literatura

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Cordiviola

Recife - Pernambuco
2007

Coelho, Rogério Mendes

**A conquista do paraíso inexistente: os transtornos
da imaginação nos relatos de viagem dos
séculos XV e XVI / Rogério Mendes Coelho. – Recife:
O Autor, 2008.**

101 folhas.

**Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de
Pernambuco. CAC. Teoria da Literatura, 2008.**

Inclui bibliografia.

**1. Literatura hispano-americana – História e
crítica. 2. Viagens marítimas. 3. Descobertas
geográficas. 4. Imaginação. I. Título.**

860

CDU (2.ed.)

UFPE-CAC

860

CDD (20.ed.)

2008-27

CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

A CONQUISTA DO PARAÍSO INEXISTENTE
OS TRANSTORNOS DA IMAGINAÇÃO NOS RELATOS DE VIAGEM
DOS SÉCULOS XV E XVI

ROGÉRIO MENDES COELHO

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alfredo Cordiviola, UFPE (Orientador)

Profa. Dra. Patrícia Melo, UFPE (Avaliadora Externa)

Profa. Dra. Zuleide Duarte, UFPE



Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em Letras da
Universidade Federal de Pernambuco para
obtenção do grau de mestre em Teoria da
Literatura

Recife
2007

AGRADECIMENTOS

A Deus, o merecimento de cada instante vivido

A minha amada mãe, Dora Mendes, por todo amor.

Ao meu pai, Edson Costa Coelho, pelas responsabilidades cumpridas e estrutura proporcionada para que seus filhos se tornassem homens dignos.

Ao meu irmão, Edson Costa Coelho Júnior, pela amizade e compreensão, em momento algum esquecidas.

Minha irmã, Ana Paula Silva, pela doçura capaz de comover o mundo.

À madrinha, Rosilda Alcântara Albuquerque de Melo, responsável por inesquecíveis lembranças.

Ao professor e orientador Alfredo Cordivola pela oportunidade, confiança e paciência, minha gratidão e palavras sinceras.

À professora Virgínia Leal, por seu apoio e generosidade, desde o início de minha vida acadêmica.

Ao amigo e professor Roland Walter por demonstrar a prática do conhecimento.

Ao Professor Anco Márcio Tenório Vieira, pelo conhecimento e amizade, sempre prestes.

À professora Zuleide Duarte (UEPB) por sua disposição em querer ajudar, sempre.

À colaboração e apoio dos professores Lourival Holanda, Cristina Sampaio, José Rodrigues de Paiva, Marlos Pessoa e Angela Dionísio, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); M.A Yohanka León del Río, da Universidad de Havana (CUBA); Ana Cláudia Romano Ribeiro e Carlos Eduardo Ornelas Berriel, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/Revista MORUS); Kátia Pinho, da Universidade Federal do Tocantins (UFT); Sébastien Joachim, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Manuel Ferro, da Universidade de Coimbra (PORTUGAL) e Ildney Cavalcanti, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Ao CNPq pelo incentivo e tranquilidade proporcionados ao desenvolvimento da pesquisa desde a iniciação científica.

Aos amigos:

Ao casal Taís e Antonio Machado, irmãos de uma vida inteira, a todo tempo, amor, carinho e inesquecíveis lembranças;

À Gabriela e família Albuquerque da Paz pelas oportunas e surpreendentes lições de amor;

À Brenda Carlos de Andrade e Carlos Eduardo Bione, amigos, testemunhas e cúmplices. Em palavras, algo insuficiente para ser demonstrado;

A Juan Pablo Martín Rodrigues pelo exemplo raro de lealdade e amizade;

A Durval Pacheco, amigo velho, por tantas ajudas demonstração de amizade em momentos de grande importância;

A Teresa Bachmann: amiga, linda e doce.

Ao corpo discente do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGGL) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Dedicado à minha mãe, Doralice Mendes da Silva e
Rosilda Alcântara Albuquerque de Melo, madrinha.

Há – eu o sinto – uma idade na qual o homem individual desejaria deter-se: tu procurarás a idade em que gostarias que tua espécie se detivesse. Descontente com o teu atual estado, por motivos que anunciam à tua desventurada posterioridade ainda maiores descontentamentos, quiçá quererás retroceder. E tal sentimento deverá fazer o elogio de teus ancestrais, a crítica de teus contemporâneos e o receio dos que terão a infelicidade de viver depois de ti.

Rousseau

S U M Á R I O

1. Introdução:

1.1. *As Musas, Essas ‘Cidades Invisíveis’, o Sonho Louco dos Viajantes*.....12

2. PRIMERA PARTE - As Razões da Escrita.

2.1. *A Necessidade Material da Redenção*.....20
2.2. *A Necessidade Espiritual da Redenção*.....30

3. SEGUNDA PARTE - As Marcas da Escrita.

3.1. *Alteridade e Imaginação*.....41
3.2. *Fábulas em Fatos: os Registros do Encontro com o Novo Mundo*.....52

4. TERCEIRA PARTE - Os Percursos da Escrita.

4.1 *Cristóbal Colón e a Hermenêutica de um Sonho*.....61
4.2. *Américo Vespúcio e a Invenção do Outro Mundo*.....74
4.3. *Pero Magalhães Gândavo e a Conquista Material da Felicidade*.....85

5. Conclusão:

5.1. *Entre a Necessidade e a ‘Verdade’, a ‘Utopia’ dos Navegantes*.....94

6. Referências Bibliográficas.....98

R E S U M O

O presente trabalho propõe estudar as configurações discursivas que descreveram as realidades americanas durante o período colonial dos séculos XV e XVI. Partindo de textos produzidos por alguns navegantes do século XVI como Cristóbal Colón, Américo Vespúcio e Pero Magalhães Gândavo, o que se realizou como pesquisa foi a problematização dos textos escritos não tão-somente como discursos de fundação do espaço americano, onde nuances como história e ficção; imitação e desvio se confundem, estabelecendo as bases interpretativas das realidades americanas, mas, sobretudo, o desenvolvimento de imaginação e discurso – utópicos – que foram importantes tanto para fundamentar a base do pensamento político moderno quanto o processo de formação das sociedades americanas.

Palavras-chave: relatos de viagem; descobertas e explorações; imaginação.

R E S Ú M E N

El presente trabajo se propone estudiar las configuraciones discursivas que describieron las realidades americanas durante el período colonial de los siglos XV e XVI. Partiendo de textos producidos por algunos navegantes de siglo XVI como Cristóbal Colón, Américo Vespúcio e Pero Magalhães Gândavo lo que se intenta promover como pesquisa es la problematización de los textos escritos no sólo como discursos de fundación del espacio americano, donde características como historia y ficción; imitación y desvío se confunden, estableciendo las bases interpretativas de las realidades americanas además, sobretodo, el desarrollo de imaginación y discurso – utópicos – que fueron importantes para fundamentar la base del pensamiento político moderno.

Palabras-llave: relatos de viaje; descubiertas y exploración; imaginación.

INTRODUÇÃO

*As Musas, essas ‘Cidades Invisíveis’, o Sonho Louco dos
Viajantes*

Houve um tempo em que muitos dos espaços desconhecidos quando foram encontrados receberam nomes de musas. Ásia, África, Europa, Índias são alguns exemplos remanescentes e até a América sofreu modificação para adequar-se às *normas* da tradição, já que Américo Vespúcio não se chamava América.

Primeiro, descrevia-se, cantava-se e fundavam-se os espaços. Depois, passava-se a freqüentá-los, habitá-los, conquistando-os, finalmente. Como se os espaços fossem, de fato, musas. No entanto, os espaços batizados com nomes de musas não passaram de idealidades que se imaginaram recompensas para quem ousava desbravar as superstições e limites de caminhos trilhados por terra, mar e pensamentos. Tornaram-se, na maioria das vezes, representações idílicas para tentar afigurar o futuro de homens desconhecedores do porvir.

Dessa maneira, da beleza fez-se o delírio: musas e espaços confundiram-se na imaginação de indivíduos que descreveram outros mundos. Na verdade, esperanças; idealidades presentes na representação *impossível* do sonho de pertencer a um outro mundo. Um mundo onde habitariam tão somente os desejos, as imaginações, a negação de uma realidade. Talvez, um *milagre* que só pôde ser *visível* de maneira *navegante*.

Desse modo, imaginou-se o que hoje compreendemos como utopias, lugares *seguros*, *maravilhosos*, sonhos ou *coisa* que parecia ser tão-somente possível em palavras de poeta. Lugares onde talvez pudesse habitar a felicidade, a lógica do delírio. Para muitos, um lugar improvável. No entanto, para outros, possível, já que houve a iniciativa de perpetuar memórias. Jardim do Éden, Ilhas Afortunadas, *Civitas Solis* e Cocanha foram algumas das representações. Não importa se como lembranças, incertezas ou intrigas da escrita literária que fizeram do devaneio fundamento para o que materialmente existe ou possa existir. Afinal, o que existe é, de maneira prévia, imaginado.

Invenção ou realidade esses lugares passaram a existir, ao menos como esperança. Se não existissem seria necessário inventá-los. Tanto os lugares quanto a esperança, a musa; a esperança: bússola dos navegantes. Talvez, porque houvesse desejos e necessidades. Um devaneio? O que há de errado com o devaneio

(...) nos devaneios o escritor infunde uma espécie de esperança na melancolia, uma juventude de imaginação numa memória que não esquece. (...) diante de uma psicologia de fronteira, como se as lembranças reais hesitassem um pouco em ultrapassar uma fronteira invisível para conquistar a liberdade. (BACHELARD, 2006:116).

Quem sabe o devaneio não seria uma maneira de redimir-se dos erros, da culpa? Ao menos, esquecê-los por alguns momentos. Quem sabe aventurar-se, encontrar ou imaginar lugares não seria alternativa lícita, maneira prática de *recomeçar* e aproximar-se do que se apreende como Divino? O Divino como representação que torna possíveis os *impossíveis* desejos imaginados; *ente* responsável por prover as necessidades materiais e espirituais dos homens. Em outras palavras, a Providência. Talvez, a idéia que se tem do que poderia vir a ser a felicidade. Significaria mais ou menos considerar, como afirma Mircea Eliade, em *Mito e Realidade*, que (...) *o retorno à origem oferece a esperança de um renascimento* (2004:32).

Os espaços, quando idealizados, sempre exerceram nos homens um fascínio capaz de movê-los adiante atuando como promessas de bem-estar. Impalpáveis, mas, possíveis em buscas repletas de esperança. A esperança que compôs realidades que só foram *prováveis* por meio de literaturas. Talvez, por a Literatura acomodar, com a liberdade necessária, os anseios dos homens. Não importa se tais literaturas eram relatos ficcionais ou testemunhos, escritos por homens doutos ou rudes. O que importava, de fato, era a demonstração de que os espaços poderiam ser o que os homens quisessem. Inclusive, musas. O desejo e a imaginação responsabilizar-se-iam por isso. De acordo com as necessidades de cada povo, de cada homem em varia compreensão.

Desse modo, confunde-se os limites entre imaginação e realidade; entre o que é e o que poderia ter sido; entre a Literatura e o testemunho onde a esperança, a musa, parece ser marca indelével no desejo por um espaço ideal. Vejamos a consciência narrativa de escritores em circunstâncias e particularidades distintas, porém, com necessidades, de representação e realidade, semelhantes.

O homem que cavalga longamente por terrenos selváticos sente o desejo de uma cidade. Finalmente, chega a Isidora, onde os palácios têm escadas em caracol incrustadas de caracóis marinhos, onde se fabricam à perfeição binóculos e violinos, onde quando um estrangeiro está incerto entre duas mulheres sempre encontra uma terceira, onde as brigas de galos se degeneram em lutas sanguinosas entre os apostadores. Ele pensava em toda essas coisas quando desejava uma cidade. (CALVINO, 1990:12).

Ainda

(...) no Reino da Geórgia, encontram-se várias cidades, castelos e muita seda; tecem-se muitos panos de seda e ouro, considerados os mais belos que se conhece. Criam-se Açores, os mais belos do mundo. Os gêneros alimentícios são abundantes. A província é montanhosa e por isso os tátaros não puderam dominá-la. Aqui se localiza o convento de São Leonardo, em frente do qual se ergue uma montanha, onde existe um lago milagroso que tem o privilégio de dar peixe só na quaresma; fora dessa época, não há nele peixe algum. Os peixes aparecem em grande quantidade desde o primeiro dia da quaresma até o sábado de Aleluia. No dia seguinte, desaparecem por milagre e só voltam a aparecer na quaresma seguinte. (POLO, 2003:24).

Isidora, Geórgia ou América, não importa: essas *musas* foram espaços criados e interpretados como *recompensas metafóricas* das buscas e necessidades de homens desconhecedores de destinos; projeções de indivíduos a procura da fartura e da beleza, que poderia ser justiça, como *ornamentos* para suas vidas. Vidas por vezes intranqüilas e incertas. Por isso, não foi por acaso que os homens sentiram a necessidade de criar novas realidades, como poetas, quando elas não existiam.

Corresponderia mais ou menos a uma espécie de impulso indicador de que a felicidade seria apenas possível através do desejo e da imaginação em linguagem e compreensão sublimadas. A contribuição que fica é a consciência de que muitos desses espaços passaram a ser compreendidos não apenas como *conceito geográfico* mas também como símbolo complexo de uma idealidade a ser habitada pelo homem, de acordo com seus anseios e imaginação.

Não foi por acaso que muitos espaços, testemunhados ou imaginados pelos navegadores materializaram-se sonhos. Sonhos de homens, viajantes de todo modo, de encontrar a rota que os levassem a felicidade materialmente possível. Uma *realidade* desconhecida e, por ser cada vez mais desconhecida e almejada, tornava-se mito que só se fez *apto* por meio de vestígios arqueológicos, estudos geográficos, outras literaturas, enfim, memórias perdidas, possivelmente nunca experienciadas que articulavam probabilidade e localização. Uma idéia que se firmou, através dos textos, como *outro mundo, maravilhoso, possível, livre e capaz*, finalmente, de abrigar os anseios de homens.

Desse modo, a América, *musa*, tornou-se exemplo emblemático. Apresentada pela ação imaginativa da linguagem utilizada pelos que a descreveram, assim como a maioria das outras musas, *materializou* o sonho do homem em habitar o que poderia ser compreendido como *lugar feliz*, pela fartura e beleza das necessidades, benção divina, semelhante a espaços míticos, poéticos e sagrados. E na ausência de referenciais *seguros* para certificar-se da felicidade primordial, ora prometida ora perdida, creu-se.

Graças à memória primordial que ele é capaz de recuperar, o poeta inspirado pelas Musas tem acesso às realidades originais. Essas realidades manifestaram-se nos Tempos míticos do princípio e constituem o fundamento deste mundo. (ELIADE, 1972:108).

Um exercício imaginativo que foi capaz de transformar a América em algo próximo de um ideal como espaço. Afinal, os espaços e as musas poderiam, enfim, ser o que os homens quisessem ou gostariam que fosse. Se não fossem reais, a imaginação os tornaria possíveis: *Creo que allí es el Paraíso Terrenal, adonde no puede llegar nadie, salvo por voluntad divina. Todo pasará y no la palabra de Dios y se cumplirá todo lo que dijó* (COLÓN, 2003:86).

No entanto, resta-se um problema: será que o homem já havia experenciado algo aproximado do que poderia ser interpretado como felicidade? Pois, as idéias relacionadas a *felicidade*, nesse sentido, como idealidade e espaço, até então, só atuaram em profecias, em *memórias* e que só foram possíveis como probabilidade, Literatura ou História.

Logo, independente de serem fábulas ou fatos o que a História nos permite como realidade, o espaço ideal passou a ser, para muitos homens, uma busca obsessiva por se tratar de universos impossíveis mas que poderiam ser materializados. É como se o indivíduo apreendesse, e muitas vezes manipulasse, o discurso histórico a fim de *materializar* o desejo e a imaginação de um mundo ideal particularizado. Afinal, a *História' nunca é apenas para a História, mas sempre a 'História para'*, a *História escrita no interesse de alguns objetivos ou visão* (WHITE, 2001:71). Assim, no caso particular de homens desconhecedores de destino e felicidade, a manipulação do discurso histórico legitima-se porque dá sentido a existência do indivíduo já que (...) *o passado é o que decidimos lembrar dele; que o passado não tem existência fora da consciência que temos dele. O indivíduo só se lembra do que deseja lembrar* (SARTRE apud WHITE, 2001:51). Trata-se de uma necessidade, uma sobrevivência. Equivaleria, por assim dizer, mais ou menos o que disse Cornejo Polar:

(...)cada sujeito decide a história que lhe corresponde, à qual pertence e à qual se deve (2000:57).

Diante da inexperiência do que se poderia apreender, a *felicidade* – como idealidade e espaço – não passou de um querer vislumbrado por *memórias*. Acontece que as memórias, com o passar do tempo e de acordo com as necessidades dos indivíduos, mesmo *fluidas* e relativas, materializaram-se *verdades*. Verdades possíveis e restritas a partir de imaginários que se sugeriam espaços convenientes. Espaços suficientes para abrigar os anseios e necessidades, materiais e espirituais, de homens interessados em habitar uma realidade *feliz*.

Dessa forma, por que não atualizar o passado e legitimá-lo referência de felicidade já que a felicidade viabiliza-se promessa pela linguagem, que (...) *não tem como valor mais do que a tênue ficção daquilo que representa* (FOUCALT, 1987:63) e relaciona-se tão-somente a interesses particulares? O que garantiria que os registros e interpretações dos escritores eram desprendidos da factualidade? O que garantiria se a representação de felicidade dos escritores não era semelhante e por isso mesmo legitima a representação de felicidade dos demais? Nada de errado, portanto, em atualizar os registros de um *passado feliz* e tê-los referências para construir um espaço ideal. O que seria compreensível, pois,

(...)as sociedades sentem a necessidade de preencher áreas da consciência ainda não ocupadas pelo conhecimento científico, com designadores conceituais que afirmem seus próprios valores e normas planejadas existencialmente. (WHITE, 2001:172).

Um processo que funcionaria como invocador de uma

(...) ‘Katharsis’, como concretização de um processo de identificação que leva o espectador a assumir novas formas de comportamento social, numa retomada de idéias expostas anteriormente. (ZILBERMAN, 2004:57).

A perspectiva de materializar imaginações e memórias e torná-los espaços factíveis fundamentou o propósito de muitos escritores que descobriram na literatura o suporte adequado para *viabilizar* realidades possíveis e melhores diante das demarcações do que se apresentava como realidade. Não foi por acaso que as principais utopias do Renascimento – *A Utopia* (1516), de Thomas More; *A Cidade do Sol* (1602), de Tommaso Campanella e *A Nova Atlântida* (1623), de Francis Bacon, entre outras – fundamentaram-se nas impressões de viajantes, homens que testemunharam, imaginaram e (d)escreveram, entre exageros e

equívocos, um mundo melhor em relação ao qual pertenciam. Imaginaram eles, por meio de uma *musa* chamada América, a oportunidade de saber que neste mundo ainda seria possível conhecer a felicidade. A felicidade de conquistar a *musa*, a (...) *sociedade diferenciada onde conseguiria se livrar de suas desgraças* (PAQUOT, 1999:5) por meio de farturas e belezas, necessidades tão urgentes quanto insaciáveis. Afinal, (...) *o homem é um ser que responde histórica, objetiva e positivamente às suas necessidades sociais* (MAZZEO, 1997:32) e centra, com isso algum grau de redenção.

Dessa maneira, a contribuição da imaginação dos viajantes para o pensamento político moderno do Ocidente faz-se significativa. Pois, situou a imaginação como estrutura de *sustentação* do que se apreende como realidade por gerar os elementos capazes de dinamizar e possibilitar a história do homem como agente de sua própria história, fundamentando sua realidade. Não uma realidade como dado imutável em sua fixidez e constituição, como ressalta Ricoeur (1999), mas como sistema fluido que teria o *real* em processo constante ao admitir a intervenção de uma consciência imaginativa. Uma consciência responsável por mobilizar ações em prol de uma realidade em fluxo que necessita de reflexões e reparos constantes. Um raciocínio que, fundamentado na idéia de tentar realizar o que até então poderia ser considerado irrealizável tornou-se, por meio da utopia, como afirmou Cioran, em *História e Utopia*, em fina ironia, (...) *a mais bela das ilusões modernas* (...) (1994:31). Uma ilusão que só foi possível por meio da Literatura.

PRIMEIRA PARTE

As Razões da Escrita

PRIMEIRO CAPÍTULO

A Necessidade Material da Redenção

A partir do século XIII, com as incursões narrativas de viajantes como Marco Pólo, ganharam visibilidade relatos de movimentos e encontros situados na campanha por conquista e exploração de novos espaços. E tão importante quanto a produção e circulação dos escritos foi a capacidade deles gerarem *significados*. Significados que se tornaram no decorrer do tempo, para a história, relevantes.

Fato que se constata por apresentarem a novidade de rotas comerciais, fronteiras e culturas inéditas. Deparar-se com tais revelações contribuiu para mostrar que o Ocidente era particular quando se sentia universal. Ou seja: o mundo, antes, todo e uno, *eurocêntrico*, descobriu-seário, composto de outros universos e continentes, o que até então era *inconcebível*. Um fato que atestou o desconhecimento dos homens sobre um cosmo que, até então, não havia sido, de maneira suficiente, explorado. Um episódio que serviu para o homem refletir mais e melhor sobre si, o *outro* e o espaço que dispunha.

Os relatos dos navegadores *transformaram* espaços desconhecidos e representados quase sempre como universos de fartura e beleza; virtude e harmonia, em referências para planejar *outros mundos*; tornaram-se uma espécie de *oásis* para a necessidade e fuga de homens que queriam distanciar-se da condição insuficiente de suas realidades; serviram de contraponto, reflexão, para subsidiar problemas de ordem política, econômica e social.

Não foi em vão que Thomas More imaginou e escreveu *A Utopia* (1999), em 1516, com base nos relatos de viajantes que descreveram a realidade de *outros mundos*, a fim de propor novos parâmetros para o desenvolvimento das sociedades do Ocidente, em especial, a inglesa. Por meio da elucubração e arrojo do autor, pôde-se vislumbrar, planejar, criar outra realidade, em hipótese, melhor.

A Utopia foi uma das mais significativas obras literárias do século XVI. Pois, tornou-se emblema da emancipação do indivíduo que, enfim, poderia responsabilizar-se por seu destino ao pensar a *melhor constituição de uma República*. Dessa maneira, *A Utopia* de More torna-se obra referencial ao tentar viabilizar uma *revolução* ao propor um novo *contrato social*. Não foi à toa que o livro tornou-se um dos pilares na fundação do pensamento político moderno.

O homem acabava de entrar numa nova maturidade. Um lugar em que a Imaginação serviu à vontade. A vontade de despertar para todas as novas perspectivas ainda não concebidas (BACHELARD, 2006:206)

A *Utopia*, atenta, grosso modo, a partir dos testemunhos de Rafael Hitlodeu, um marujo que integrou a esquadra comandada por Américo Vespúcio, para a possibilidade de outras formas de realidade e convivência. Para isso, mesclou descrições sobre *outro mundo* testemunhado com considerações próximas das de Platão¹ a respeito do que seria um ideal de sociedade. O intuito de More era resgatar a idéia platônica de justiça social para tentar redimensionar diretrizes inoperantes e vigentes no sistema da Inglaterra. Um *sonho* que, como afirma Ernst Bloch, manifesta-se a partir da experiência vivida em sociedade e (...) *exibe o desejado na forma como poderia ter sido, o justo como deveria ter sido* (2005:37).

Perspectiva estudada por Karl Mannheim (2000) na obra *Ideologia e Utopia*. Mannheim situa o construto filosófico de More a partir da discordância do domínio social vigente. O intuito do conceito proposto pelo autor firma-se a partir de uma idéia promissora de futuro, movida pelo desejo social de mudança que se viabilizaria por meio de modificações na organização social vigente. Sobretudo, o intuito seria a manifestação de um descontentamento que resultaria em natural crítica a organização social vigente.

Mannheim ao interpretar More comprehende a utopia como fator responsável pela dinâmica na História das sociedades; acontecimento, cúmulo *criativo-subversivo* que, de tempos em tempos, denuncia ou rompe com a ordem social existente para propor ou instaurar uma nova. Trata-se de um evento que torna possíveis transformações na realidade. Para Ernst Bloch (2005), mais que uma maneira de exercer a liberdade, a utopia é uma virtude inexpugnável, processo que representa a consciência crítica da realidade e que apresenta soluções práticas para o homem liberar-se da clausura da necessidade como forma de reconhecer anseios e tornar possível a sobrevivência.

Uma perspectiva que, em tempos de descobertas de novos espaços, viabilizaram transformações na mentalidade dos povos no século XVI. Pois, na época das navegações e conquistas, era latente o desejo de livrar-se de dificuldades enfrentadas. Fato que se comprova na maneira como foram relatadas as experiências dos navegantes ao descreverem com entusiasmo as virtudes da geografia e organização dos espaços desconhecidos. Uma maneira de descrever em que eram nítidos o deslumbramento e a ambição, de forma que não só os narradores mas, todos a quem representavam, pareciam achar-se merecedores de possuir. O que seria natural, afinal, essa era a função de descobrir espaços: suprir necessidades

¹ Formulado no século IV a.C., o programa platônico alicerçava-se em três de suas obras: *A República*, que descreve a *polis* ideal; *As Leis*, onde se retrata uma sociedade sob o império da lei; e *Críticas*, um diálogo inacabado sobre a organização de uma sociedade exemplar onde se faz menção à Atlântida. Todos os escritos de Platão estão implicados em um projeto de se encontrar os caminhos para uma vida melhor a partir da idéia de que julgou ser justiça social.

políticas, econômicas e sociais. No entanto, não poderiam imaginar os europeus que a compreensão e expectativas em relação ao Novo Mundo poderiam ir além do que se esperava. O que se testemunhou foi

(...) un idealizado Nuevo Mundo que contribuía a sustentar las esperanzas y las aspiraciones del Viejo hasta el momento en que Europa estuviese dispuesta a aceptar y a actuar de acuerdo con el mensaje americano de renovación y revolución (ELLIOTT, 2000:22)

Ao escrever *A Utopia*, More parecia solidarizar-se com as insuficiências da vida dos europeus e estar atento ao sentimento de insatisfação da maioria. Pareceu dar importância aos testemunhos dos navegantes ao utilizá-los como referência para o que poderia parecer-lhe justo como organização social. Para More, o contato com a outra margem do Ocidente foi benéfico porque se tomou (...) *conhecimento de sistemas de leis que teriam muito a ensinar a nossas próprias cidades, raças e reinos* (MORE, 1999:20). Um ponto de vista que se baseava na virtude como a verdadeira forma de nobreza. Em sintonia com os valores emergentes – humanistas –, o autor acusou, além de uma realidade inconsistente, ações praticáveis, medidas possíveis como soluções a fim de amenizar ou tentar *resolver* as dificuldades apontadas. O que abriu precedentes para uma reformulação de valores que consistia na otimização do bem-estar comum.

(...) o ponto de partida de Morus é o mesmo de muitos outros humanistas. Ele acredita que uma das tarefas mais urgentes da teoria social consiste em descobrir as causas principais da injustiça e da miséria. (SKINNER, 1996:280)

Veja-se o exemplo em que o chanceler inglês expõe um dos grandes problemas enfrentados no período, o roubo, ocasionado pela ganância e arbitrariedade dos donos de terra. Mazela social que, ao lado de outras adversidades, era responsável pela fome que ocasionara o roubo. A fome que, talvez, tenha sido o maior problema enfrentado por uma época. Curiosamente, a citação a seguir, onde se trata do assunto, ocorre em uma mesa, provavelmente farta, cercada de nobres que, inclusive, se mostraram alheios a questão. Preferiram discutir o roubo como inconveniência sem precedentes e passíveis de punição exemplar como fim de resolução. Os nobres ignoravam que o ocasionamento dos roubos se desse por razões de sobrevivência.

Um dia, quando eu jantava com o cardeal, estava presente à mesa um certo advogado inglês. Não me lembro exatamente de como o assunto veio à tona, mas ele falava com grande entusiasmo sobre as rigorosas medidas que, na época, eram tomadas contra os ladrões. Estão sendo enforcados por toda parte, disse ele, e já vi mais de vinte irem de uma só vez para o cadafalso. Mas afirmou não entender como tantos ladrões continuavam a surgir num momento em que tão poucos escapavam ao enforcamento. Aventurando-me falar livremente à frente do cardeal, eu disse: “não há com o que se espantar: esse modo de lidar com oé tão injusto quanto socialmente indesejável. Enquanto punição é severo demais, e, enquanto meio de intimidação, ineficaz. O pequeno furto não é crime tão grave que mereça a pena de morte, e não há no mundo nenhum castigo que faça as pessoas pararem de roubar quando é esta a única forma que dispõem para conseguir alimento”. (...) Em vez de infligir esses castigos horríveis, seria muito mais apropriado assegurar a todos algum meio de subsistência, de tal modo que nenhum homem se visse compelido por terrível necessidade de roubar e depois pagar por isso com a morte. (MORE, 1999:25).

Para o autor a questão descabia-se e apresentava-se insustentável haja vista que o roubo provinha da pobreza que, por sua vez, representava falha em um sistema de governo que se apresentava incoerente como *autarkeia*. Pois, as *classes superiores*, ociosas e inoperantes, sustentavam-se na disposição útil e motriz dos camponeses que viviam em condições adversas.

Vale ressaltar que os problemas sociais ocasionados na Inglaterra não se restringiram ao problema da propriedade privada. Havia outras questões que poderiam ser mencionadas na *Utopia*. A razão de tomar os escritos de Thomas More aqui como exemplo dá-se pela importância da obra na transição histórica e por ela relacionar-se, com mais evidência, aos escritos dos navegantes, em especial os de Américo Vespúcio, citado nominalmente². Acredita-se também relevante o fato de mencioná-la por apresentar-se *pioneira* no século XVI como exemplo de autonomia dos homens ao apresentar os fundamentos de um projeto de reformulação social. Mas não se pode reconhecer a obra como síntese dos problemas que enfrentava a Europa naquele momento, pois, diversas eram as adversidades.

Entre os problemas conhecidos, pode-se mencionar a queda de produtividade agrícola em decorrência de fatores climáticos – invernos rigorosos e verões prolongados – que foram responsáveis por uma alta taxa de mortalidade. O curioso é que muitas das áreas

² O mesmo acontece com em A Cidade do Sol, utopia escrita por Tommaso Campanella, que dialoga com navegador que supostamente integrou a frota de Colón e em A Nova Atlântida, de Francis Bacon, apesar de não se fazer referência a nenhum dos famosos navegadores. A utopia de Bacon centra-se em transcrever a utilidade de muitos relatos na construção de outra realidade.

ocupadas eram utilizadas como reservas destinadas à prática de caça e outras formas de entretenimento dos nobres da época. O que pode ser interpretado como violência, haja vista a escassez de áreas férteis para a produção dos camponeses que eram responsáveis pela manutenção econômica e social da época. Desse modo, firma-se estranho perceber a substituição de áreas de produção por entretenimento. Pior: não se podia fazer muito a respeito para mudar a situação devido a arrogância e ociosidade das hierarquias superiores.

Condições atmosféricas excepcionalmente negativas provocaram uma série de más colheitas de 1314 a 1316 (...) Verificou-se uma alta taxa e mortalidade pela fome. Tem-se calculado, por exemplo, que mais de dez por cento da população de Ypres morreu em 1316 num espaço de 6 meses (HOLMES, 1984:94)

A proliferação de moléstias contagiosas foi outro problema enfrentado. A peste negra, apontada como um dos grandes males da época, provocou a morte de cerca de um terço da população do Velho Mundo. Na época não havia condições de higiene adequadas, tão pouco uma medicina capaz de lidar com prevenção e cura de doenças infecto-contagiosas. Uma situação que não tinha como ser controlada. Como parâmetro, a peste negra, em dias atuais, corresponderia ao que se entende hoje como epidemia. Na época, o surto foi considerado uma maldição enviada por Deus; a representação simbólica do horror que condenava os homens por condutas impróprias. Talvez, por não se dispor de explicação para o que ocorria. A quem ou ao quê recorrer para a sobreviver?

No final de 1347, a Peste negra, transmitida por ratos transportados por barcos vindos do Próximo Oriente, chegou a Marselha, alastrando-se rapidamente ao resto da Europa (...). Algumas zonas da Europa conseguiram escapar, mas não foram muitas. As estimativas da taxa de mortalidade variam enormemente mas, em geral, situam-se algures entre os dez e os cinqüenta por cento da população (HOLMES, 1984:94)

Houve, ainda, a descentralização do poder religioso em decorrência da transferência do Papa Clemente V da Itália para França, para fugir dos problemas ocasionados. A atitude do Papa fez com que a sede administrativa da Igreja se dividisse em duas: uma em Roma e outra na França. Duas realidades, duas mentalidades, muitas incertezas. Mais, a dúvida: quantos representantes de Deus na Terra poderia haver?

Esse período ficou conhecido como o Grande Cisma do Ocidente e colaborou para gerar insegurança na comunidade cristã além de facilitar a ação de movimentos contrários à Igreja. O que repercutiu, de maneira natural, na estabilidade política dos reinos que já enfrentavam dificuldades na administração de conflitos internos gerados entre outras razões, pela incapacidade dos reinos, entre tantas adversidades, de garantir saúde, ordem e segurança à população. Vale salientar que, devido a incapacidade de muitos dos reinos em administrar questões políticas houve inúmeras revoltas e guerras. O que gerou crises de abastecimento, insegurança e comprometimento de atividades comerciais, sem falar na devastação de áreas produtivas.

Enfim, não eram poucos nem sutis os principais problemas enfrentados pela Europa. Tão menos breve a perspectiva de solucioná-los. Ao que parecia, o espaço europeu esgotava-se em si. Fome, doença, miséria, guerras e descrença apresentavam-se e constituíam uma triste e difícil realidade. Desse modo, restava como esperança uma espécie de *deux ex machina*. Não foi em vão que muitos passaram a cogitar o desejo de alcançar o Paraíso. Talvez, a *única e verdadeira* solução para reverter o quadro.

O Paraíso que poderia ser a última esperança, principalmente se levarmos em consideração que havia indícios que apontavam para a possibilidade de encontrá-lo na Terra. O Paraíso que, inclusive, àquelas circunstâncias, poderia ser representado por qualquer espaço que pudesse prover aos homens condições mínimas para superar as dificuldades que aconteciam. O Paraíso, desse modo, devido ao quadro social que se apresentava, poderia ser tanto o Jardim do Éden das tradições judaico-cristãs quanto outro espaço localizável, ameno e farto de possibilidades para a sobrevivência. Bastaria encontrá-lo. Ou seja, a *salvação* poderia estar em qualquer outro lugar ou mundo distante dali. No entanto, restava saber como seria isso possível.

Como se sugere, a redenção espiritual parecia reverter-se em material. A administração dos reinos precisava garantir uma solução imediata e, ao que parecia, entre os Reis e Deus não havia intermediários eficientes para enviar um *deux ex machina*. Ao invés de acreditar em solução divina, os Reis preferiram acreditar em solução mais prática: busca de novos mercados ou fontes de matéria-prima. É possível que o raciocínio dos Reis e de outros financiadores consistisse em crer que ao encontrar novos mercados e fontes resolver-se-iam os problemas enfrentados e eles, provavelmente, estavam certos. Mas, por onde começar? Pois, a *salvação* esbarrava nos limites do desconhecimento da cosmologia.

Restava, de pronto, a alternativa de percorrer os mares. Porém, tentar aventura-se pelos oceanos significava lidar com as ameaças de superstições inexplicáveis, além de não ter engenharia, tecnologia, recursos e homens suficientes para investir-se na empreitada. Em pouco espaço de tempo o problema da engenharia e tecnologia náutica foram resolvidos pelos portugueses; as reservas dos nobres e burgueses tiveram que ser usadas porque a situação era de emergência. O que, de certa maneira, amenizou a ausência de recursos que pudessem ser usados em financiamentos. Restava o problema da disposição dos navegantes.

No entanto, a necessidade de conquistar e possuir áreas que pudessem fornecer subsistências e riquezas estimularam a ambição e a coragem de homens que ousaram desbravar *mares nunca d'antes navegados* em busca de sobrevivência e garantia de governabilidade dos Reis. Estar a serviço da Coroa também era uma maneira de ascender socialmente haja vista que existia uma rígida imobilidade hierárquica no sistema medieval da época. Ou seja, quem era nobre viveria seus últimos dias como nobre e quem era vassalo ou plebeu dificilmente morreria nobre.

Portanto, a motivação que se firma como base da expansão marítima é material. A solução para a crise que se enfrentava, a *redenção* que se buscou não foi espiritual. A Europa dependia tão-somente do encontro e exploração de outras regiões. O Velho Mundo estava mais interessado em estabelecer novas relações políticas e econômicas que pudessem garantir estabilidade material de sobrevivência do que encontrar o Paraíso. Percebe-se que houve um pacto do homem com o próprio homem e não com Deus. Ou seja, o pacto não foi divino, e sim, colonial: (...) é *convencionado que o comércio estabelecido entre as metrópoles não autoriza as colônias a fazerem o mesmo, já que elas permanecem para sempre proibidas de o realizarem* (...) (MONTESQUIEU, 1985:64).

A colonização do Novo Mundo, a partir do século XVI, constitui-se num elemento integrante da expansão capitalista, que parte, agora, para a reprodução ampliada do seu processo de auto-reposição. É esse novo caráter do capital, que abandona a mera esfera da circulação, entrando na produção de mercadorias, que, em essência, explica o surgimento do “sistema colonial”. Como vimos, o capital, inicialmente comercial, potencializa-se pelo próprio caráter e solidez das estruturas contraditórias existentes no feudalismo (MAZZEO, 1997:59)

Nesse sentido,

(...) o desenvolvimento do comércio e do capital faz com que a produção vá orientando-se, em toda parte, para o valor de troca, aumentando seu volume; que a produção se multiplique e adquira um caráter cosmopolita; desenvolve o dinheiro até convertê-lo em dinheiro universal. Conseqüentemente, o comércio exerce em toda parte uma influência mais ou menos dissolvente sobre organizações anteriores da produção, as quais se orientavam, primordialmente, em suas diversas formas, para o valor de uso. Mas na medida em que logre dissolver o antigo regime de produção dependerá primeiramente de sua solidez e de sua estrutura interior. E o sentido para este processo de dissolução se encaminhe, quer dizer, que os novos modos de produção que venham ocupar o lugar dos antigos, não dependerá do comércio mesmo, mas do caráter que tivera o regime antigo de produção. (MARX apud MAZZEO, 1997:59)

Dessa maneira, como demonstra a História, as explorações e o alargamento do cosmo no século XVI dá-se por interesses, sobretudo, materiais. Ou seja, por novos mercados e não por um redimensionamento ético, moral e espiritual. Pois, as descobertas e conquistas geográficas do período oportunizaram forças produtivas que geraram novas relações de pensamento e ação ao constituir a gênese do modo de produção capitalista ou, como prefere denominar Ortiz (2003), o surgimento e prática da *mundialização*, que fez com que o homem moderno privilegiasse a necessidade da conquista de domínios como sobrevivência e afirmação política. Dessa maneira, o que se torna importante evidenciar quando se pensa nas hipóteses que mobilizaram os cosmonautas do século XVI a buscarem novos mundos é que se deve ter em mente o espírito mercantil.

As viagens e façanhas descritas por Marco Pólo, sejam elas frutos de acontecimentos verídicos ou disparates, servem como exemplo para ilustrar que, dificilmente, no curso da história, o compromisso dos navegadores não esteve relacionado com o espírito mercantil. O que chama a atenção é que os relatos de viagem de determinado navegador influenciava outros navegadores e sucessivamente outros na medida em que circulavam os relatos sobre outras realidades. As notícias eram propagadas como grandes feitos, atos de coragem de homens que obtiveram riquezas e foram dignos de memória. Acontece que muitos homens queriam o mesmo. Com isso, percebe-se a recorrência de imagens, imaginações e imaginários familiares nos relatos de homens interessados em imortalizar-se por grandes feitos.

Por isso, eram comuns narrativas de conquistas triunfantes onde os homens exibiam coragem e riquezas. É possível que muitos dos homens que se dispuseram a desbravar mares ignotos tenham se influenciado por relatos anteriores. Influência que, quase sempre, se relacionou com a ambição e a possibilidade de conquista de riquezas tendo-se como cenário, imagens *impossíveis*.

Daqui, das terras desta ilha extraem-se os mais puros e lindos rubis do mundo: em parte alguma poderão encontrar-se outros tão belos como estes. Há também safiras e topázios, bem como ametistas e outras pedras preciosas. O rei desta ilha possui o mais precioso rubi jamais visto. Mede um palmo de comprimento, sua espessura é quase do braço de um homem. É a coisa mais esplendorosa do mundo, sem manchas, vermelho como o fogo e de tanto valor que não se pode atribuir-lhe preço. (POLO, 2003:109)

A contribuição de Marco Pólo para a época consistiu em mostrar, pela *credibilidade* da palavra escrita, que a possibilidade de encontrar sonho e riqueza em terras desconhecidas poderia ser tão *simples* quanto plausível. No entanto, desde que se decidisse explorar caminhos inexplorados; extrapolar limites e superstições, por exemplo. O que parece ter sido compreendido pelos navegadores nos séculos XV e XVI. Seja como for, a leitura dos textos de Marco Pólo tornou-se interessante e despertaram em muitos leitores o mesmo espírito de conquistas e aventuras descritos. Se houve exageros, desvios, imitações são até hoje mistérios *guardados*.

Desse modo, descobriu-se que a imaginação poderia ser útil instrumento. Pois, a imaginação é fruto da necessidade de cada indivíduo que quer, por sua vez, tornar o que lhe apetece *possível*. É desse modo, por exemplo, que espaços como a América tornaram-se *mágicos*. O Novo Mundo foi exemplo de como lugares desconhecidos, ao serem testemunhados, tornaram-se incríveis pela ação imaginativa na linguagem, na dificuldade de tentar descrever o mais íntimo desejo. Linguagem que materializou um dos sonhos mais antigos do homem: habitar o *lugar perfeito*. No entanto, uma localidade esculpida pelas mãos da ambição.

SEGUNDO CAPÍTULO

A Necessidade Espiritual da Redenção

A realidade social na Europa até o século XVI não reconhecia a importância da experiência e livre iniciativa no processo de construção do conhecimento. As *experiências* dos indivíduos eram construídas a partir de idéias de supostas experiências apresentadas por uma ideologia que não tinha interesse na autonomia política dos homens.

O indivíduo comum europeu não tinha uma razão independente porque não era livre o suficiente para fundamentá-la e exercê-la. A conduta *racional* dos homens no Ocidente fundamentava-se em preceitos estabelecidos pelos representantes do poder. Homens que alicerçavam interesses a partir do que deveria ser compreendido como bem ou mal e que determinavam o que era permitido ou proibido aos homens.

Restava a imaginação que sugeria hipóteses do que poderia vir a ser a realidade, caso fosse possível a liberdade de pensamento e ação, de acordo com as necessidades e interesses dos indivíduos. No entanto, no vislumbre de apresentarem-se independentes, poderiam representar uma *ameaça* à hegemonia política em curso, as mesmas necessidades e interesses.

Desse modo, instituições atuaram no sentido de tentar coibir pensamentos e ações que pudessem interferir nas normas socialmente estabelecidas. Qualquer pensamento ou ação independente que contrariasse os princípios firmados pela ordem vigente poderiam não ser reconhecidos e rechaçados. Ou seja: o indivíduo não deveria imaginar, pensar e querer um mundo diferente, à sua maneira: deveria comportar-se de acordo com o que estabelecia as diretrizes políticas da época. Talvez, por isso, no período, não houve questionamentos significativos que pudessem repercutir.

Foi por meio da necessidade de novas percepções e experiências, inquietações de um homem que cada vez mais não se identificava com essa realidade, que novos valores emergiram. O que sugeriu aos espíritos mais atentos, disposição capaz de redimensionar a insuficiência de um sistema que tinha dificuldades de reconhecer a liberdade dos seus agentes. Desprender-se ou renovar paradigmas místicos, políticos e sociais no século XVI fez com que homens passassem a querer, imaginar e pensar um mundo diferente em relação ao qual pertenciam. Mais: eles queriam ser responsáveis por isso. A partir de então, a imaginação tornou-se *intelligentsia* imprescindível para impulsionar devires de realidades independentes. Indício de significativo momento de transição histórica.

(...) gradativamente se subtraíam ao teologismo, ou pelo menos o combinavam com o racionalismo, formando um mundo de acordo com as exigências do espírito e da razão. Surgiram, como se sabe, aspirações sobre-humanas de criar uma vida autônoma, refletindo aquela concepção nova e característica, segundo a qual cada um faz o destino que merece e que necessita. Em um clima no qual a inteligência, a cultura e a sapiência predominavam, a construção, pelo menos em hipótese, de ordenamentos políticos e civis diferentes do então existente, e exprimindo fins supremos da cultura e do espírito, foi também uma consequência para o acentuado naturalismo da cultura renascentista. (CURCIO, 2004:169)

Assim, o pensamento ocidental passou a operar com uma nova modalidade de razão que tinha como referência o indivíduo que passou a questionar sua constituição histórica e filosófica. Não à toa: por meio da imaginação que despertou a curiosidade e a iniciativa que possibilitaram experiências e descobertas necessárias. Em outras palavras, o homem passou a cogitar, de maneira efetiva e com fluidez, sobre a realidade que o cercava. Pensar a respeito da realidade com mais autonomia fez com que o homem do Ocidente reivindicasse, independente, melhores condições para existir.

No entanto, faz-se importante mencionar que a ambição desse *novo homem* apresentava-se como *estranhamento* viável tão-somente em *outro mundo*. Espaço onde talvez pudesse ser possível uma nova condição e valores. Um lugar que de imediato não existia e não se encontrava próximo mas, um mundo passível de existir e ser construído, a partir da necessidade que era capaz de gerar imaginação.

Desse modo, não seria exagero considerar a interpretação e conquista do Novo Mundo evento emblemático para lançar as bases de um projeto que representava os anseios do homem moderno. Um universo que, apesar de constituir-se, *a priori*, de ambição material, firmava-se espiritual por ser passível de abrigar anseios, subjetividades e convicções que antes se viabilizavam *proibidas*. Um Novo Mundo, um Outro Mundo onde foi tão-somente preciso transpor as expectativas do que poderia vir e acreditava-se ser a felicidade como espaço.

Não foi em vão que as primeiras interpretações do Novo Continente relacionaram-se a um exercício de imaginação capaz de tornar o espaço americano cenário ideal onde poderiam ser supridas necessidades materiais e espirituais do homem até então. Curiosamente, um lugar próximo do que sugeriam escritas da Antiguidade a respeito do que poderia apresentar-se como modelo de civilização. Idealidades que, por essa razão, tornaram-se *obsesiones personales*, como sugere Walter Mignolo (in MADRIGAL, 2002). O

que foi pertinente, pois, *Entendidos como utopías, los textos de la Antigüedad aparecen iluminados con la luz que irradia una manera moderna de entender la sociedad y la política* (DAROCA; TUERO, 2000:9). Dessa maneira, ansiedades de gerações fizeram-se justificáveis e verossímeis nas interpretações dos novos espaços encontrados. Mas, até que ponto o Novo Mundo poderia mesmo ser ou estar de maneira direta relacionado a uma realidade imaginada e por quê?

A *revelação* do Novo Mundo vinculou-se a uma idéia de representação que se tornou apta para preencher lacunas relacionadas a insuficiências e expectativas, materiais e espirituais, da época. Um *espaço-hipótese*, uma idéia ou absurdo que encontrava respaldo nas disciplinas da Geografia, da História e de outras Literaturas na época que *previam* a existência e localização de um *lugar-feliz*, onde poderiam estar as respostas para necessidades antigas e imediatas. Um lugar que se apresentava capaz de abrigar, *finalmente*, os anseios de uma integridade independente disposta a reconstruir, *livre* de erros e equívocos, uma melhor mundo. Uma realidade futura com base em modelos exemplares.

Interpretar com prudência o ideal dos antigos, proposto como objetivo maior e mais sublime dos humanistas por Petrarca, um de seus mais notáveis representantes, não seria a mera repetição, de resto impossível, do modo de vida e das circunstâncias históricas de gregos e romanos, mas a busca de inspiração em seus atos, suas crenças, suas realizações, de forma a sugerir um novo comportamento do homem europeu (SEVCENKO, 1984:14)

Foi como se a América se tornasse algo próximo de *profecias*. *Profecias* sustentadas pela imaginação antiga européia responsável por uma idéia que se resvalava em *redenção* para os homens. Uma idéia que durante muito tempo orientou a possibilidade de (re)construção de *novos espaços* e que àquelas circunstâncias fez-se oportuna porque eram a *contraimagem* da Europa. O que poderia proporcionar esperanças para o futuro do Ocidente.

Mas o Novo Mundo era um espaço independente que tinha suas legislações, mitos, religiosidade e histórias. Então, o que fez com que o espaço americano se tornasse parte integrante do Ocidente? Que caminho os unia, qual distância os separava? Talvez, a Literatura tenha um papel importante e *definitivo* na relação que se estabeleceu. Se a Literatura que dava conta da existência e possibilidades de universos de redenção *pertencia* ao Velho Mundo foi *natural* que o sentimento ao encontrar o Novo Mundo tenha sido de posse. Pela verossimilhança da realidade americana *inclui-se*, de certa maneira, ao imaginário Europeu. O Novo Mundo, então, tornou-se *extensão* do Velho em imagens, imaginações e imaginários.

La primera idea de la América real y descubierta se forja con las imágenes, símbolos y arquetipos que preceden su descubrimiento. Los espacios de la invención convergen desde diversas direcciones en la objetivación del territorio americano para investirlo con las virtudes que se anhelaba encontrar desde tiempos inmemoriales en algún lugar desconocido del planeta. En vez de desmentirse en la confrontación con la realidad del Nuevo Mundo, los mitos y leyendas del pasado sobre otros mundos posibles se actualizan. (AINSA, 1992:45)

No entanto, a experiência de relacionar o espaço americano como materialização de um imaginário não seria prudente. Pois, América tornar-se a *materialização* de um imaginário desejado não era possível porque o espaço americano foi tão-somente, antes, semelhante. Não houve indícios concretos e suficientes que pudessem comprovar a relação. É possível que pouco importasse o fato porque talvez a América tenha sido a última esperança de reorganizar o caos do Ocidente. Nesse caso, alheio à consciência do que poderia vir a ser o espaço americano, em meio a interesses escusos e inescrupulosos e, ao mesmo tempo, diante de necessidades urgentes, a partir da imaginação e da ansiedade, vigorou o Outro Mundo como solução prática imediata como *volição non sense*. Prevaleceu a necessidade de reiterar e resgatar idéias disponibilizadas sobre localidades idílicas e imemoriais – tais como o Jardim do Éden –, para que o homem pudesse repensar a organização social. O que seria *lícito*, afinal

A imaginação é para a sociedade o que os sonhos são para os indivíduos. Em toda utopia, trabalho artístico, fantasia religiosa e ritual mágico, a sociedade fala de seus sentimentos ocultos. Fala de suas frustrações e aspirações, e ainda desvela os seus anseios reprimidos, os quais não podem ser articulados em linguagem comum. Como os sonhos, à primeira vista parecem sem sentido. Tentando chegar-se aos seus significados por meio da lógica do senso comum, tudo o que se consegue obter é a falta de sentido (ALVES, 1986:87)

Assim, o Novo Mundo torna-se resultado sublime de uma constituição ideal e conveniente ao sugerir ou proporcionar uma renovação de valores na Europa. O que representaria uma esperança capaz de prover idéia de futuro promissor. Felicidade que ainda não havia sido experienciada, ao menos como espaço. Felicidade que não havia ainda se tornado realidade mas que poderia tornar-se. Felicidade que até então só havia encontrado palavras concisas e *adequáveis* para existir como Literatura.

Desse modo, a interpretação do Novo Mundo foi a *projeção espiritual* do que poderia ser *A Felicidade* ou apenas negação da realidade que se encontrava no Velho Mundo. Uma necessidade. Desse modo, se o Novo Mundo não existisse seria necessário inventá-lo. Tratou-se de uma questão de *sobrevivência*. Era preciso imaginar para *renascer*. Não foi em vão que os navegantes não tiveram dificuldades para lidar com o Novo Mundo ao recorrerem a referências literárias para se fazerem compreendidos.

Nesta primeira fase da difusão do específico da América no mundo europeu, pode-se apreciar uma idealização inicial do elemento americano, com base em algumas notícias certas ou falsas, desconexas ou isoladas. Revela-se nesta idealização uma ânsia européia de superar sua própria realidade e forjar um mundo ideal na realidade distante, talvez uma espécie de refúgio contra suas próprias misérias e restrições. É a etapa em que paulatinamente se forja um conjunto de testemunhos sobre o elemento americano, que enriquece a curiosidade e o afã expansivo do homem europeu, mas em que o verossímil não cede ainda ao lugar real. (NUÑEZ in MORENO, 1972:86)

Aproximar-se-ia do que questiona Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil: como explicar muitas daquelas formas, sem recorrer a indicações mais ou menos vagas e que jamais nos conduziriam a uma estrita objetividade?* (2002:946). O que seria compreensível em meio a tantas ânsias, ausências e surpresas. Como não estabelecer uma ligação entre o Novo Mundo e universos idílicos, representações *autênticas* de felicidade, que orientaram a razão dos homens até aquele momento?

Foi a partir da dificuldade em descrever o universo americano que se oportunizou a criação de um *Novo Mundo*. Universo próximo do que poderia ser considerado ideal; lugar antagônico aos confins do mundo que se apresentava no Velho Mundo; um espaço acolhedor a ponto de dar forma aos desejos mais românticos dos homens. O Novo Mundo poderia ser, assim como de certa maneira o foi, capaz de atenuar os sofrimentos até então vividos. De certa maneira o espaço americano aproximou-se, numa acepção variada, do que poderia ser considerado *céu* ou, ao menos, uma espécie de sonho que poderia estar preste a realizar-se. Sonho que se firmava possível por apresentar-se a possibilidade de o homem viver livre de angústias ocasionadas pela ausência de virtude.

A idéia de uma sociedade perfeita é um sonho antigo, seja devido aos males do presente, que levam os homens a imaginar o que seria o mundo sem essas aflições, a imaginar um Estado ideal em que não exista ambição, perigo ou pobreza, trabalho brutal, medo ou insegurança, seja devido ao fato de essas utopias serem – ficções deliberadamente satíricas, criadas com a intenção de se criticar o mundo real e lamentar a ação dos que controlam os regimes existentes ou a falta de ação dos que passivamente a eles se submetem; ou talvez ainda, por se tratar de simples exercícios de imaginação poética (BERLIN, 1991:29)

Assim, fez-se legítimo, diante da escassez de recursos lingüísticos para descrever o que não havia sido experienciado, que se *materializassem* algumas das alegorias míticas e literárias nas descrições que serviram como recursos para representar uma idéia aproximada do que testemunhavam e que poderiam ser reconhecidas por se tratarem de idéias compartilhadas. Em verdade, foram

(...) opções estéticas dominantes – o descritivismo, o enlace com a História, um eterno tom nostálgico -, que amparadas nessa miragem originária, nessa substância natural, laboriosamente construída por esses caçadores de origens que foram também, na sua maioria, os primeiros escritores a se dedicarem à prosa de ficção (SÜSSEKIND, 1990:19)

Muitos dos referenciais utilizados como analogias nas descrições do Novo Mundo pertenciam a *patrimônios imateriais* responsáveis por fundamentar razões, crenças e valores do Ocidente. O curioso é que muitos desses referenciais serviram de parâmetro para *explicar* e fundar um novo espaço que surgia. O que seria natural. Segundo Eliade (2004), toda história que relata a origem de alguma coisa pressupõe ou prolonga uma cosmogonia primeira. Sendo a criação do Mundo a criação por excelência, a cosmogonia primeira torna-se modelo exemplar, referencial para toda a espécie de criação. Isso não quer dizer que o mito de origem imite ou copie o modelo cosmogônico primeiro, pois, não se trata de uma reflexão sistemática, pragmática. Porque todo novo aparecimento implica a existência de um mundo anterior. A reatualização. A possibilidade do Renascimento.

(...) creyeron ver en América la feliz coincidencia entre el ‘ser’ de la realidad e ‘deber ser’ de la realidad, lo que convertía al continente en una prolongación espiritual del Viejo Mundo, visión de futuro y relación de interdependencia cuya significación atraviesa los siglos y se reitera ante cada crisis europea. Esta conciencia entre el ‘ser’ y el ‘deber ser’ otorga a la función utópica americana su carácter empírico cuyo punto de partida es siempre ‘una experiencia vital’ (AINSA, 1992:143)

Prevaleceu nos relatos dos viajantes a imaginação, as memórias, as convicções, os desejos espirituais de gerações como discurso *revitalizador* através de um imaginário que se sugeria e necessitava materializar-se para consolar homens. O espaço americano tornou-se, por meio dos testemunhos, por meio da linguagem, um sítio acolhedor onde poderiam ser supridos desejos diversos e estabelecidas vontades antigas e relacionadas a mudanças de paradigmas em um Velho Mundo. Ao menos, *a priori*, no plano da Literatura.

Valendo-me muito livremente dessas idéias, creio que caberia falar da índole discursiva das nações, não porque de uma maneira ou de outra não sejam “reais”, na resvaladiça realidade que têm os objetos históricos, mas porque suas imagens e auto-imagens, o que agora interessa, são o produto de complexos processos lingüísticos, ou melhor, de extensas e sutis semioses, nas quais o tecido dos signos vai construindo figurações mais ou menos fluidas (...). Nessas circunstâncias, mais que inventadas, as nações são produtos instáveis de vastos e também instáveis exercícios sígnicos, genericamente discursivos, que socialmente costumam competir com os produtos elaborados por outros sujeitos sociais e até manipulados da mesma maneira e sobre o mesmo assunto. Certamente, o fato não é o que as nações sejam “reais” (insisto: elas o são com a realidade que é própria da história), mas de nenhuma maneira são independentes das operações discursivas que de uma ou outra forma as produzem.
(CORNEJO POLAR, 2000:57)

Os navegadores-escritores reproduziram, no Novo Mundo, horizontes de expectativas que *reatualizaram* anseios. *Visualizar e descrever* o Paraíso foi, de certa maneira, diante de uma inexplicabilidade, uma tentativa de espiritualizar o Novo Mundo; de tentar passar otimismo e, quem sabe, despertar um sentimento que despertasse iniciativa capaz de mover homens a reconstruírem mundos e valores diante de inconveniências encontradas. Mais que a busca por fantasias e imaginários de uma civilização buscou-se uma nova realidade. Fato que muitas vezes resvalou-se na ingenuidade de perpetuá-los como irrestrita esperança de *salvação*., Seja como

for, é dessa maneira que ganha importância a fantasia no intento de planejar a reforma de um Velho Mundo. Assim, realidade e fantasia confundem-se. Entendendo-se aqui fantasia como

a capacidade mental de apegar-se ao aqui e agora, que por alguma razão não é agradável, substituindo-lhe por outra cena, que, ‘pertencente à mesma ordem da realidade vivida’, nega o presente desagradável por um presente contudo possível. Assim entendida, a fantasia é fundamentalmente uma atividade compensatória, em que nos exercitamos a cada dia. Do ponto de vista da ficção, ela é o recurso por excelência das narrativas que visam a atingir o leitor de imediato (...). O leitor recebe o produto da fantasia, maravilha-se com a solidariedade que oferece com seus próprios ‘sonhos’, compra sua idéia porque, em suma, a ficção reduplica suas expectativas, através do reconhecimento das cenas que ele automaticamente identifica como ‘reais’. (LIMA, 1986:223).

É dessa maneira que alguns dos relatos de viagem do século XVI tornaram o Novo Mundo *razão* orientadora e recurso atuante no pensamento de homens que reivindicavam a melhoria de suas condições de vida através da liberdade de pensamento e ação, a partir da imaginação. Direito antes negado e que no momento do encontro com a América *justificava-se* e exercia um papel importante na idéia de constituir e estar, finalmente, em uma realidade condizente com os anseios dos homens que, (...) *movidos por uma desordenada impaciência, procuravam ou já cuidavam ter encontrado na vida presente o que os outros aguardavam na futura, de sorte que o mundo, para suas imaginações, se convertia num cenário prenhe de maravilhas possíveis* (HOLANDA, 1996:4)

A América, portanto, foi apresentada como um espaço ideal constituído através da alteridade americana e do imaginário do Velho Mundo como crítica a um modelo ocidental de sociedade vigente. Por meio de alguns dos referenciais sublimes e espirituais civilizatórios do Ocidente, tidos como *ideais* porque milenarmente desejados. De certa maneira, por muitas razões, duvidosas, porém, *possíveis*, de acordo com a literatura. O que leva a pensar que não foi o novo mundo a razão redentora mas as literaturas que o idealizavam. Literatura que se responsabilizou em diversos momentos pelo processo de desenvolvimento das sociedades ocidentais, por projetos de reformulação social onde prevaleceram referências idílicas por meio de uma linguagem que carregava consigo não apenas os desejos mas também as frustrações de universos que se sugeriram tão míticos quanto poéticos que estigmatizaram as razões da invenção.

No entanto, uma *concretude*, uma realidade construída *artificialmente* pela linguagem, por imagens, pela retórica, pela crença, pela necessidade de um redimensionamento da natureza humana, pela necessidade política da conquista – uma convergência de desejos, interesses e necessidades situadas –, uma promessa construída pelo homem através de desejos que carregavam consigo lamentos e os transferiam para universos surpreendentemente poéticos que poderiam significar a saída para trilhas labirínticas e espirais. Uma tese que, se comprovada, poderia libertar não só espiritual como também política, econômica e socialmente os homens.

Reviver esse tempo, reintegrá-lo o mais freqüente possível, assistir novamente ao espetáculo das obras divinas, reencontrar os Entes Sobrenaturais e reprender sua lição criadora é o desejo que se pode ler como filigrana em todas as reiterações dos mitos. Em suma, os mitos revelam que o mundo, o homem e a vida têm uma origem e uma história sobrenaturais, e que essa história é significativa, preciosa e exemplar. (ELIADE, 2004:22)

Em suma, como legado, os textos relatórios a respeito do encontro com a América despertaram uma nova consciência em relação às possibilidades de organização social do espaço. Uma admissão possível a partir de uma iniciativa *racional* de planejamento que passou a admitir a imaginação como agente possibilitador de ações reformadoras. Perspectiva que consentiu a imaginação capacidade volitiva do homem para que se sentir livre e capaz para desfazer-se de suas insatisfações e insuficiências e projetar um mundo de acordo com o reconhecimento de uma integridade autônoma, premissa do que viria posteriormente através do Renascimento.

SEGUNDA PARTE

As Marcas da Escrita

PRIMEIRO CAPÍTULO

Alteridade e Imaginação

Ao analisar os diversos escritos sobre o Novo Mundo, sobretudo as primeiras impressões, constata-se que houve excessos na compreensão do universo americano. Atribui-se ao fato motivo simples: a América diferir da realidade dos homens que a interpretaram. O que seria componível, pois, até o século XVI, ignorava-se outras regiões além de Europa, África e Ásia.

Um dos fatores que contribuíram para que os europeus não imaginassesem ou admitissem a existência de outras regiões além da Europa consistiu na crença de bastarem-se. Os europeus acreditavam-se *superiores* e, por isso, criam ser modelo, exemplo de civilização que deveria universalizar-se. Os habitantes do Velho Continente acreditavam ser *superiores* por possuírem mitologias, ciência e artes igualmente *superiores*. Um pensamento arbitrário que gerou guerras, genocídios, dizimação de outras culturas por diferenciarem-se da realidade *superior* da Europa. É como se a Europa almejasse responsabilizar-se pelo mundo.

Desse modo, ao se depararem com a América, ao perceber as diferenças nela contidas, os europeus causaram *mal-estar*. Um transtorno causado pela imaginação que transformou o espaço americano em (in)convenientes idealizações que tentaram *conciliar* um desconhecido mundo, repleto de representações fantásticas, com a urgência de necessidades materiais de homens, em imagens capazes impressionar. Premissa radicada na crença dos europeus bastarem-se e que se sustentava em idéias hegemônicas.

Apesar do espaço americano existir antes do encontro, a maneira como foi descrita e compreendida a América dá a impressão que a Quarta Região do Mundo passou a existir a partir da constatação dos europeus. Não é perceptível no decorrer da leitura dos relatos de Cristóbal Colón, Américo Vespúcio e Pero Magalhães Gândavo escritos que articulassem indícios ou curiosidades a respeito de um passado ou origem daquela região. Desse modo, as peculiaridades do continente não foram investigadas a contento e reduzidas a julgamentos precipitados e convenientes aos objetivos firmados de conquista.

Desse modo, a partir da dificuldade dos europeus de se relacionar com *la otredad*, o Novo Mundo não conseguiu firmar o reconhecimento de sua soberania e identidade. Pois, nos primeiros encontros e relatos, a imagem da América esteve atrelada às semelhanças que quiseram atribuir os outros, responsáveis pelos primeiros encontros e relatos. Portanto, a idéia do que poderia vir a ser a Quarta Região do Mundo relacionou-se com as arbitrariedades dos europeus em determinar as expectativas do Ocidente. Dessa maneira, os referenciais disponíveis para tornar legítimo e componíveis o encontro e a conquista seria aproximar o continente americano das ambições – imaginações – dos europeus.

Note-se que nos primeiros contatos os navegadores europeus procuraram no Novo Mundo uma natureza, organização social próxima do que compunha a Europa. Em verdade, buscou-se na América espelho ou continuidade do Velho continente já que os europeus tinham a si como parâmetro para experenciar e explicar o mundo. A partir de então, gerou-se intolerâncias; suplantou-se idéias a ponto de encher a imaginação de domínios. O que foi perceptível nas ações seguintes: colonialismo, cristianização e genocídio. Apesar de prevalecer o interesse mercantil a dificuldade com a alteridade americana surpreendeu e contribuiu para o processo de conquista do continente, objetivo primeiro das expedições. Conquista que se comprometia diante da diferença e que para efetivar-se recorreu ao processo de homogeneização. Ou seja: ocidentalização do continente, marco do processo de formação das sociedades americanas.

O trecho a seguir, escrito pelo navegador e colonialista português Gabriel Soares de Sousa no livro *Tratado Descritivo do Brasil de 1587*, exemplifica uma das mais emblemáticas demonstrações na dificuldade de lidar e reconhecer a diferença. Como se relacionar com uma civilização que não era cristã e não conhecia a palavra de um Deus reconhecido pelos homens do Ocidente? Como reconhecer uma sociedade sem leis? Pois, as leis significam justiça e que por conseguinte garantem a organização de uma sociedade. Não se poderia confiar na liberdade plena do homem. Confiar-lhe a liberdade poderia ser uma ameaça à idoneidade dos outros; como uma organização social não poderia ter um rei, garantia de segurança e representatividade?

(...) três letras do A B C, que são F, L, R grande ou dobrado, coisa muito para se notar; porque se não têm F, é porque não têm fé nenhuma coisa que adorem; nem os nascidos entre os cristãos e doutrinados pelos padres da Companhia de Fé em Deus Nosso Senhor, nem têm verdade, nem lealdade a nenhuma pessoa que lhes faça bem (...) e se não têm L na sua pronúnciação, é porque não têm lei alguma que guardar, nem preceitos para se governarem; e cada um faz lei a seu modo, e ao som de sua vontade; sem haver entre eles leis com que se governem, nem têm leis uns aos outros. E se não têm R na sua pronúnciação, é porque não têm Rei que os reja, e a quem obedecem, nem obedecem a ninguém, nem ao pai o filho, nem o filho ao pai, e cada um vive ao som de sua vontade (...)
(SOUSA, 2000: 268)

Dessa maneira, não surpreende que tenha faltado linguagem para descrever os elementos que constituíam a América: uma natureza tão distinta quanto inimaginável. O que seria compreensível, afinal, como explicá-la? Não foi em vão que para tornar lícito espaço *indescritível* utilizaram-se referências que distanciaram o novo continente de sua genuína realidade e a aproximaram da *lógica* e *razão* do Ocidente.

O raciocínio, de acordo com a política colonialista dos navegadores, era transformar um mundo sem referenciais importantes – F (Fé), L(Lei) e R(Rei) – e transformá-lo em modelo ou exemplo reconhecível – pelos europeus – de civilidade. O que explica, em parte, o processo que desvirtuou a realidade da natureza americana e a situou entre universos mágicos e escatológicos. Um processo que, pela imaginação e veiculação, aproximou-se do que comprehende como ficcional.

Imaginação ou realidade a idéia do que poderia vir a ser a América apresentou-se confusa porque contribuiu para a efetivação de fantasias. Fantasias essas que só foram possíveis graças a intermediação dos navegadores por meio dos relatos de viagem. Fantasias que foram responsáveis por fundar um continente que durante tempos firmou-se de maneira incógnita, entre maravilhas e monstruosidades.

Nos dias de hoje fica evidente a dificuldade dos navegadores em descrever o Novo Mundo bem como sua real constituição. No entanto, se *a priori* a América firmou-se *Paraíso* e *a posteriori, inferno*, deve-se estritamente compreensão dos que utilizaram as palavras para descrevê-la. A questão central foram as palavras contidas nos relatos que se responsabilizaram pela *verdade* da época sobre as descrições dos espaços encontrados. Verdade que hoje se comprehende em seus sobressaltos.

O Grande Problema é que os navegadores, por meio dos relatos de viagem, detinham a credibilidade da palavra, embora, não tivessem a consciência dos efeitos dos discursos neles contidos. O que fica evidente na forma como trataram a organização social americana. Nos relatos de viagem dos navegadores poderia conter qualquer absurdo ou plausibilidade que teria credibilidade. No entanto, poderia haver uma grande diferença na forma como contá-los. Mesmo porque os textos eram narrados em primeira pessoa, o que daria uma outra importância aos fatos atribuídos. Haveria, por exemplo, uma diferença substancial em o *herói-narrador* deparar-se e narrar um universo fantástico a uma realidade tão cotidiana quanto linear. Principalmente quando não se efetiva os planejamentos que, no caso específico, sobretudo, almejavam ouro e especiarias.

Desse modo, fica evidente que os navegadores-escritores eram responsáveis pela intermediação dos mundos. Ou seja, ficava a cargo dos navegadores-escritores a responsabilidade da *verossimilhança* de mundos desconhecidos e que estes poderiam ser o que eles, os navegadores-escritores, determinassem o que fossem embora nem sempre houvesse consciência a respeito. Pois, escrever não era prioridade, e sim, conquista e viabilizar rotas e comércios alternativos.

Classificar espécies e compreender hábitos não era prioridade entre os navegadores-escritores, no entanto, era obrigação tornar legítimos e conquistar os mundos por ventura encontrados. Ou seja, cabia aos navegadores-escritores, como obrigatoriedade, tornar legíveis mundos que os leitores poderiam não imaginar que pudessem existir. Dessa feita, obscureceu-se o sentido do que poderia ser a América como diferença, espaço distinto. Não se poderiam imaginar os leitores que o que se poderia descrever como *verdade inconteste* poderia ser questionável. Não era um exercício mental simples contestar a palavra de homens responsáveis por desbravar e experenciar mundos inimagináveis. Mesmo porque os navegadores-escritores eram indivíduos de confiança responsáveis por atestar a *lógica* e a *compreensão* do Novo Mundo, espaço *ilógico* e *incompreensível*. Desse modo, é curioso perceber que os leitores só poderiam emitir opiniões e argumentos a partir dos testemunhos dos navegadores.

Restava aos leitores influenciar-se pelas imagens e conclusões dos navegadores que, muitas vezes, não tinham certeza do que testemunhavam por desconhecerem muitas vezes até onde estavam. Apesar das imprecisões e incertezas não havia alternativa para os leitores senão reiterar as afirmações disponibilizadas pelos intérpretes do Novo Mundo e a partir delas especular num campo restrito de possibilidades.

Não poderiam imaginar os leitores que, por trás das interpretações dos navegadores haveria inúmeras realidades e interesses: ambições de tornarem-se heróis, de enriquecerem e ascenderem socialmente, tornarem-se mártires, afamarem-se pelas letras, de serem responsáveis por redenções ou uma nova história. Uma convergência de interesses que nem sempre foi especulado pelos leitores que preferiram dar crédito a universos fantásticos. Desse modo, é possível que muitos deles soubessem que poderiam desviar as atenções dos leitores para omitir fracassos i *garantirem-se* heróis.

De certa maneira, o encontro e a *inexplicabilidade* do Novo Mundo foi uma situação cômoda porque se tornou meio, oportunidade, conveniência *segura* para viabilizar ambições. Afinal, independente de absurdos e plausibilidades, por mais que restassem dúvidas, quem poderiam desmenti-los a respeito do que era contado? Quem poderia provar o contrário? O

curioso é que nessa perspectiva muitos dos relatos de viagem, gradativamente, deixaram de exercer o caráter documental: o discurso perdia-se em possibilidades *fictícias* e a sugestão de uma exótica natureza transformava-se em uma produção textual que incitava cada vez mais a criatividade e fazia com que os testemunhos se desprendessem dos rigores necessários para firmar idéias concisas sobre os espaços desconhecidos, objetivo primeiro dos relatos de viagem e dar espaço a especulações imaginativas.

Pode-se dizer que, dessa maneira, os relatos de viagem tornaram-se uma produção textual que se pautava em fatos e que aos poucos se tornaram *ficção* como ficou constatado em casos como *Naufrágios* (1542), de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca; *Miscelánea Antártica* (1586), de Miguel Cabello Valboa; *La Argentina* (1612), de Ruy Díaz de Gúzmán, para citar alguns dos que utilizavam a ocasião para enaltecerem a imaginação no abuso da credibilidade de suas funções de navegadores, homens dotados de confiança para atestar a veracidade e experiências de outros mundos, para impressionar os príncipes e alimentar a ambições.

Os intérpretes do Novo Mundo não estavam preparados para lidar com realidades de consistência inimaginável – *Naquele hemisfério vi coisas que não estão de acordo com as razões dos filósofos* (VESPÚCIO, 2003:49) – e na tentativa de descrever o impossível ou inimaginável acabou por criar outros mundos igualmente impossíveis e inimagináveis. O mundo que tinha o objetivo de apresentar-se exato torna-se impreciso e os relatos de viagem, aos poucos, deixavam de ter importância relatória porque davam vazão à mente imaginativa dos escritores.

A bem da verdade, as descrições dos distantes mundos não correspondiam a realidade. O que para Montaigne era compreensível, pois, (...) *só podemos julgar da verdade e da razão de ser das coisas pelo exemplo e pela idéia dos usos e costumes do país em que vivemos* (1996:195). Talvez, por isso, os europeus insistiram em tomar-se como referência para julgar e determinar o que seriam os outros mundos. No entanto, a dificuldade em tentar compreender a realidade alheia e desconhecida fundamentou-se em suposições aleatórias que não se confirmaram. Desse modo, pior do que não compreender a realidade estrangeira seria inventá-la.

Primeiro, surpreendeu e *temeu-se* o que se viu. Depois, planejou-se tirar proveito do que se experenciou quando, enfim, julgou-se que a dessemelhança poderia ser prenúncio de um malefício. No entanto, até que ponto a dessemelhança seria uma ameaça ou, ao menos, por que o seria? Apesar dos muitos questionamentos feitos ainda prevalecia a insuficiência de condições para se relacionar com a diferença. Houve até quem duvidasse de os americanos

serem dotados de raciocínio ou possuidores de alma. A diferença gerava mistérios, incompreensões e intolerâncias. Era difícil admitir civilização que não se importasse com ouro; desconhecesse os desígnios cristãos e não estivesse preocupado com motivações mercantis. Seja como for, o fato é que a natureza americana distinguiu-se do Ocidente e esse foi motivo de maior estranheza e razão de muitos equívocos. Não era comum assimilar cultura e homens que

Não fazem nenhuma troca ou comércio para comprar ou vender, bastando-lhes o que espontaneamente a natureza oferece; ouro, pedras preciosas, jóias, que, na Europa consideramos riquezas, em nada estimam, mas desprezam de todo e não se preocupam em possuir. São naturalmente tão generosos para dar que não negam nada que se lhes pede, e, assim como para dar são generosos, assim são avidíssimos para pedir e receber, se mostram amigos de alguém. Nesse caso, dão prova máxima de sua amizade ao oferecer as próprias esposas e filhas aos amigos para que as possuam à vontade, e nisso tanto o pai quanto a mãe se julgam intensamente honrados quando alguém se digna a tomar uma filha, ainda que virgem, para com ela se deitar, por estabelecer-se com isso profunda amizade. (VESPÚCIO, 2003:76)

Mas será que havia motivos suficientes para justificar uma ação repulsiva por parte dos europeus em relação aos usos e costumes do Novo Mundo? Pois, a civilização americana interpretava as leis da natureza de acordo com o que considerava lógico em suas manifestações assim como parecia fazer os cidadãos do Velho Mundo. Afinal, a natureza não se apresenta de maneira determinante.

Os americanos vivenciavam a natureza de acordo com suas necessidades e sentiam-se livres para exercer suas vontades. O que não foi compreendido. Dessa maneira, o Novo Mundo tornou-se *marginal* por diferir de valores eurocêntricos; por indispor de condições suficientes para reconhecer uma *nova humanidade* na genealogia dos povos. Como explicar, pela palavra, sua origem e realidade? Um exemplo emblemático para mostrar que

(..) a diferença cultural não representa simplesmente a controvérsia entre conteúdos oposicionais ou tradições antagônicas de valor cultural. A diferença cultural introduz um processo de julgamento e estabelecimento de valores arbitrários que se dão a partir de algumas justificativas que licitam interesses específicos (BHABHA, 1998:228)

Apesar de muito se ter ouvido a respeito das inteligências e costumes não foi consenso entre os pensadores da época discutir a condição humana dos americanos. Primeiro, porque a natureza *inassimilável* do homem americano poderia ser um *problema* sanável pelo processo de cristianização; segundo porque o interesse dos europeus em relação aos homens e espaço americano relacionava-se tão-somente com disposições aptas para viabilizar a política colonial.

Fato que se evidencia nas palavras de Juan Ginés de Sepúlveda ao defender a tese aristotélica do domínio do mais perfeito sobre o mais imperfeito. O intuito era o de tentar justificar uma hierarquia e um condicionamento *natural* do homem americano e disponibilizá-lo à servidão. O que deveria ser *naturalmente* acatado pelos *mais imperfeitos* de uma maneira ou outra, de acordo com as palavras de próprio Sepúlveda:

Ahora bien, tales gentes, por derecho natural, deben obedecer a las personas más humanas, más prudentes y más excelentes para ser gobernadas con mejores costumbres e instituciones; sí, previa la admonición rechazan tal autoridad pueden ser obligadas aceptarla por las armas. (SEPULVEDA apud PIZARRO, 1993:181)

A intenção do espanhol era submeter o homem americano a servidão. Uma relação baseada na idéia de inferioridade e superioridade alegada em função da dificuldade dos americanos em reconhecer e incorporar os novos valores – considerados universais –, da mentalidade imposta pelos agentes colonialistas da modernidade. O que não surpreende, pois, o que fosse contrário ao modelo de *civilidade* europeu era posto em dúvida e condenado. Uma perspectiva que envolvia mais imaginação, arbitrariedade e disposição para o domínio do que razões justas, sensatas. A questão que sobressaia era o interesse em exercer um poder que se pretendia universal e que para afirmar-se teria que preterir outras realidade e culturas já que era de interesse a permanência uma relação bipolarizada baseada em valores arbitrários.

Assim, enquanto hoje podemos enxergar culturas distintas, igualmente interessantes, os pensadores de outrora, tentados pelo arquétipo de um modelo universal, raciocinavam dentro dos limites do binômio ‘civilização’ e ‘barbárie’ (CARVALHO, 2001:95)

O que fica explícito nas ações de extermínio indígena. A presença dos europeus no Novo Mundo tinha um propósito firme que se baseava em ações de domínio. Haveria, por exemplo, outra maneira de compreender a razão do episódio narrado por Vespúcio no exemplo a seguir? Ela é emblemática para analisar a violência nas relações firmadas.

(...) se não aceitassem nossa amizade, havíamos então de tratá-los como inimigos e tornar eternamente escravos quantos conseguíssemos prender: e então, carregando todos as armas que podíamos, chegamos à praia reunidos. Eles, segundo penso, pelo temor de nossas bombardas, não opuseram a menos resistência a nosso desembarque e, assim que o completamos, agrupados em quatro companhias cada uma com 57 homens comandados por um capitão, travamos longa batalha. Depois de intensa luta e escarniçado combate, mortos muitos nativos, obrigamos todos a fugir e os perseguimos até um povoado, onde fizemos 25 prisioneiros. Incendiamos o povoado e voltamos aos navios com os 25 prisioneiros: do lado deles muitíssimos morreram ou ficaram gravemente feridos, ao passo que dos nossos morreu um só e feriram-se 22, que com a ajuda de Deus já recobraram a saúde. (2003:90)

A facilidade para empreender conquistas no Novo Mundo acontecia sem maiores problemas já que os americanos não guerreavam (...) *para reinar ou estender seu domínio, ou por desordenada cobiça* (VESPÚCIO, 2003:72)

No entanto, considerar os povos americanos inferiores e selvagens e submetê-los à escravidão significou cometer injustiças. Pois, acabaram por tornar submissos, subservientes homens e povos que não ofereciam resistência e apresentaram-se, na maioria das vezes, pacíficos.

(...) son gentes de amor y sin codicia y convenientes para toda cosa, que certifico a Vuestras Altezas que en el mundo creo que no hay mejor gente ni mejor tierra: ellos aman a sus prójimos como a sí mismos, y tienen una habla la más dulce del mundo y mansa, y siempre con risa. Ellos andan desnudos, hombres y mujeres, como sus madres los parieron, Mas, crean Lustras Altezas que entre sí tienen costumbres muy buenas, y el rey muy maravilloso estado, de una cierta manera tan continente que es placer de verlo todo, y la memoria que tienen, y todo quieren ver, preguntan qué es y para qué (COLÓN, 2003:46)

Apesar de não oferecerem, na maioria dos casos, resistência à conquista, e apresentarem uma natureza inofensiva, o homem americano submeteu-se às condições dos europeus pela incapacidade de reagir a contento – à força, com armas ou letras – a ponto de surtir efeito que pudesse neutralizar ou retroceder a ação colonialista. Desse modo, de acordo com a urgência de uma política mercantil, gradativamente, os europeus efetivaram-se em maior número no continente.

Pela subserviência a que foram submetidos pelo Ocidente, os americanos continuaram, ao menos em um primeiro momento, estigmatizados como etnia inferior. Possivelmente uma forma de afirmar o Velho Mundo na América e efetivar os objetivos mercantis. No entanto, com o passar do tempo e de acordo com a familiarização da natureza do índio ganhou destaque um debate mais amplo sobre a questão que teve fundamento na emergência do humanismo. Homens como Montaigne continuaram a apresentar dados relevantes sobre a natureza do homem americano. Uma condição, inclusive, que poderia sugerir valores relevantes na aspiração de virtudes. No entanto, vale salientar que homens como Michel de Montaigne e Thomas More não tinham compromisso com a política colonial, diferente de Sepúlveda

Esses povos não me parecem, pois, merecer o qualificativo de selvagens somente por não terem sido muito pouco modificados pela ingerência do espírito humano e não haverem quase nada perdido de sua simplicidade primitiva. As leis da natureza, não ainda pervertidas pela imisão dos nossos, regem-nos até agora e mantiveram-se tão puras que lamento por vezes não as tenha o nosso mundo conhecido antes, quando havia homens capazes de apreciá-las. Lamento que Licurgo e Platão não tenham ouvido falar delas, pois sou de opinião que o que vemos praticarem esses povos, não somente ultrapassa as magníficas descrições que nos deu a poesia da idade de ouro, e tudo que imaginou como suscetível de realizar a felicidade perfeita sobre a terra, mas também as concepções e aspirações da filosofia (...). (MONTAIGNE, 1996:196).

Para Sepúlveda, a partir da *falta de razão* ou *incapacidade racional* dos americanos, os europeus poderiam estabelecer-se como domínio efetiva a política lucrativa de seus interesses independente de vontade alheia. Pois, o que já se admitia como valor e virtude já estava definido e os europeus eram exemplos significantes. Admitir o contrário significaria admitir a independência e soberania dos americanos, o que significaria perda para os Ocidentais. Questões morais e espirituais eram insuficientes para diante de anseios materiais.

Os documentos que tratam do *descobrimento* da América de uma maneira geral apresentaram-se como representações arbitrárias e incautas. As informações oferecidas ao leitor constroem uma percepção distorcida do real universo americano o que foi prejudicial pois os textos dos navegadores eram os textos de fundação do continente, responsáveis por firmar uma primeira imagem da região que seria decisiva no processo de formação das sociedades americanas. Desse modo, como entender um universo deslocado de sua significação, ou seja, distante de sua realidade.

As primeiras impressões do Novo Mundo foram uma sucessão de equívocos e invenções que impossibilitaram o universo americano integrar-se à genealogia dos povos. A conveniência da conquista a todo custo, a firmação do poder perante a submissão, a vaidade, a ambição desenfreada fez com que uma América que não existia passasse a existir pela *homologação* dos leitores que tiveram contato com os textos e que não poderiam confirmar as imagens sugeridas. A América, nos primeiros relatos, foi síntese de obsessões pessoais que geraram imaginações que se firmaram de acordo com a conveniência de afirmação e poder por meio incapacidade de reconhecer a diferença.

SEGUNDO CAPÍTULO

*Fábulas em Fatos: Registros do Encontro com o Novo
Mundo*

Quando se pensa na textualidade empreendida nas descrições do Novo Mundo é comum não se chegar a um consenso no que diz respeito à sua tipificação. Por uma razão simples: por ela fundir, muitas vezes, por meio de (...) *una prosa que mantiene, por ella misma, la atracción y el interés de la lectura* (MIGNOLO in MADRIGAL, 2002:97), elementos que poderiam compor tanto a base do discurso historiográfico quanto do literário.

No entanto, os relatos sobre o Novo Mundo são reconhecidamente dotados de uma *natureza relatória*. Pois, o objetivo da textualidade era tão-somente o de (...) *recoger y ordenar informaciones sobre las nuevas tierras* (MIGNOLO in MADRIGAL, 2002:75), como forma de demonstração e conquista. Mesmo porque (...) *el objetivo de hombres como Cristóbal Colón y Hernán Cortés no fue el de escribir, sino el de ‘descubrir’ y el de ‘conquistar’*. *Escribir fue secundario y, en cierto sentido, una obligación* (MIGNOLO in MADRIGAL, 2002:59). Não imaginariam muitos que os relatos relegados a segundo plano contribuiriam de maneira significativa para fundamentar as bases do pensamento político moderno.

Escrever sobre os mundos encontrados era um procedimento burocrático necessário. Tratava-se de um compromisso firmado entre os financiadores das expedições, homens interessados no encontro e conquista de terras e os navegadores, homens dispostos a encontrá-las e serem recompensados de alguma maneira por isso, para organizar e acompanhar os rumos das conquistas que poderiam significar aquisição de riquezas e domínios. Registrar, portanto, informações sobre geografias, culturas e ocupação dos territórios americanos poderiam ser úteis. Era uma maneira de tentar garantir *direitos* sobre uma conquista que poderia render benesses, se não imediatamente, em um futuro próximo.

Desse modo, os navegadores responsabilizaram-se por fornecer informações a respeito das missões e eventuais encontros e conquistas de rotas e territórios desconhecidos. Os relatos também eram importantes porque eram a *prova material* de que os acordos comerciais firmados entre as partes aconteciam.

Posto que os dias passados apresentei outro sumário da Terra do Brasil a El-Rei nosso Senhor, foi por cumprir primeiro com esta obrigação de Vassalo que todos devemos a nosso rei: e por esta razão me pareceu coisa muito necessária oferecer também este a V.A a quem se devem referir os louvores e acréscimentos das terras que nestes Reinos florescem (GÂNDAVO, 1995:1)

Walter Mignolo, no capítulo *Cartas, Crónicas y Relaciones del Descubrimiento y la Conquista* (in MADRIGAL, 2002), apresenta a função e estrutura de alguns dos principais registros coloniais. O intuito do autor foi o de esclarecer a respeito da natureza e compromisso da textualidade que muitas vezes é confundida como manifestação literária. De maneira objetiva, o autor apresenta uma classificação que se divide em três partes: cartas, relações e crônicas.

As cartas, de acordo com Mignolo, caracterizavam-se pela livre narrativa e textualizavam o que se acreditava relevante, digno de ser mencionado nas expedições. Não era uma modalidade discursiva obrigatória, que deveria ser entregue aos financiadores. Era uma produção livre, de responsabilidade de quem estava a frente das expedições. Pode-se se dizer que se tratava de uma produção textual de apoio às navegações e de inteira responsabilidade dos capitães ou almirantes. Tanto que não existia uma estrutura fixa a ser seguida e o conteúdo variava de acordo com o grau de instrução, sensibilidade e interesses dos escritores. Funcionaram como diários e com cronologias não-lineares. Nos mais detalhados encontram-se datas de partida e chegada aos destinos; coordenadas geográficas; informações sobre fenômenos da natureza enfrentados; descrições técnicas a respeito da engenharia das embarcações e portos; reiterações de objetivos a serem alcançados e impressões desprovidas de rigores sobre culturas e geografias. Esclarecimentos que variavam em omissões, detalhes e acréscimos, de acordo com os percursos, interesses e formação dos navegadores-escritores.

Lunes 8 de octubre – Navego al Oueste y andarían entre día y noche once leguas y media o doce, y a ratos parece que anduvieron en la noche quince millas por hora, si no está mentirosa la letra. Tuvieron la mar como el río de Sevilla; gracias a Dios, dice el Almirante. Los aires muy dulces como en abril en Sevilla, que es placer estar a ellos: tan olorosos son. Pareció la hierba muy fresca; mucho pajaritos del campo, y tomaron uno que iba huyendo al Sudoeste, grajaos y ánades y un cartaz (COLÓN, 2003:8)

Ao contrário das cartas, as relações eram documentos obrigatórios e estruturavam-se por meio de tópicos fornecidos previamente pelos financiadores das expedições que apresentavam o que era prioritário encontrar e saber. De maneira geral, as informações e linguagem eram concisas e quase sempre se relacionavam com as descrições dos (1) nomes das províncias e povoados encontrados; (2) se as regiões já haviam sido exploradas e quais eram os primeiros conquistadores; (3) se havia e quantas áreas eram povoadas e se fossem

quais as nacionalidades e, finalmente, o objetivo primeiro que era a descrição de (4) em que partes encontravam-se metais, pedras, ouro e especiarias. Em outros termos: o mapa do tesouro

Vejam-se alguns trechos exemplificados e esclarecidos na *Relación de la Ciudad de Guamanga* (1586) utilizado pelo próprio Mignolo (2002:72) como exemplo.

1. (...) “... *esta provincia, en tiempo de los Incas, se llamó Vilcas Guamán, que quiere decir Guamal provincia, y vilcas principio de la provincia; y este asiento de Vilcas muy poblado, como cabecera de provincia de todos los indios de esta comarca y también ‘qué quiere decir el dicho nombre en lengua , y era el medio de entre la ciudad de Cuzco, donde los Incas residían y de la ciudad de Los Reyes.”*(...)
2. “*Conquisitóse esta provincia por mandato del marqués don Francisco Pizarro y por sus capitanes, y después de poblada la ciudad de Los Reyes y la de Cuzco, se pobló ésta. Poblóla Vasco de Guevara, teniente de gobernador del dicho Marqués, en Quínuia, tres leguas de esta ciudad, y tuvo nombre Quínuia por una semilla que allí se daba de comer (...) y fundóse el año de 1539, (...); y por ser aquel sitio frío, húmedo y lluvioso, se pasó el pueblo a donde al presente está*”
3. (...) *Esta ciudad tiene un temple tan moderado, que ni es frío ni caliente; es tan apacible que ni verano ni invierno no da pesadumbre el calor ni el frio; por mayo y junio hiela moderadamente*

A terceira modalidade discursiva empreendida como registro é denominada crônica. A crônica aproxima-se ao que se apreende hoje como história. Ou seja, requeria um certo distanciamento cronológico dos fatos. Em geral eram escritas quando havia uma reflexão maior para os fatos ocorridos embora o objetivo primeiro estivesse sempre relacionado aos acontecimentos mais relevantes das Empresas Marítimas, o que não exigiria maiores reflexões, pois, o intuito era de enobrecer e dar importância às conquistas envolvidas nas expedições. Corresponderia a uma espécie de *biografia* dos empreendimentos marítimos onde estariam registrados os episódios de glória que se desejava conservar na memória. Os temas abordados variavam: poderia se falar dos êxitos nos processos de conversão cristã; das guerras; da supremacia cultural; de descobertas de regiões profícuas e maravilhosas, por exemplo. Eram, geralmente, escritas por religiosos, por exigir certo grau de retórica e erudição.

Como exemplo, segue trecho do primeiro capítulo *De la opinión que algunos autores tuvieron que el cielo no se estendia al nuevo mundo*, do *Libro Primero de la Historia Moral y Natural de las Índias* (1590), de José de Acosta, que escreve sobre a surpresa de se encontrar um novo continente e a expansão da cosmologia da época

Estuvieron tan lejos los antiguos de pensar que hubiera gentes en este nuevo mundo, que muchos de ellos no quisieron creer que había tierra en esta parte, y lo que es de maravillar, no faltó también quien negase haber aca este cielo que vemos. Porque aunque es verdad que lo más y los mejores de los Philosophos sintieron que el cielo era todo redondo, como en efecto lo es, y que asi rodeava porto das partes la tierra y la encerrava en si: conto do eso algunos y no pocos ni de los meios autoridad ente los sagrados Doctores, tuvieron diferentes opiniones, imaginado la fabrica de este mundo a manera de una casa, en la qual el techo que la cubre solo la rodca por lo alto, y no la cerca por todas partes (1609:13)

Apesar do compromisso dos testemunhos com a verdade muitas das informações disponibilizadas apresentaram desvios e imprecisões que prejudicaram a compreensão dos territórios, o que colocou em xeque a credibilidade dos textos e os aproximou do que muitos comprehende como processo de ficcionalização, já que

A ficcionalização está sempre presente na experiência histórica, pois o que episódico de um evento histórico é sempre condicionado pelo ‘quando’ perspectivístico de sua observação ou reconstrução, como também pelo ‘como’ de sua apresentação e de sua explicação (...). Esta infiltração do ficcional na história seria, por sua vez, legitimada pela categoria da verossimilhança, que forma a zona comum da poesia com a historiografia (JAUSS apud LIMA, 1984:198-4)

O que seria insuficiente para a testar os relatos como literários porque a relação de *verossimilhança* percebida fundamentou-se na incapacidade dos navegadores-escritores de lidar com uma natureza radicalmente distinta. Não havia como explicar a experiência de uma realidade inimaginável. Mais: indispôs-se de tempo e linguagem suficientes para maiores reflexões a respeito. Desse modo, a descrição – e compreensão – verossímil do espaço americano ficou comprometida e limitadas a maravilhamentos indescritíveis. Não se pode determinar os relatos de viagem como Literatura – como expressão artística – se quem os escreveu estava desprovido de intencionalidade para fazê-lo. Seria necessário para atestar os

registros como literários seria necessária a crença na efetividade do processo criativo que envolve elocubração sobre o objeto, ou seja: intenção. O que houve por parte dos navegadores-escritores ao descreverem o continente americano e se excederam na linguagem é o que John Searle (2002), atesta como uma *tentativa de ajuste mente-mundo* já que muitas das imagens descritas como realidade no Novo Mundo, na verdade, eram descrições arbitrárias e imaginárias que só fizeram sentido por semelhanças atribuídas pela insuficiência de experenciar. Fantasias. Imaginações.

Na imaginação, do mesmo, o agente tem uma série de representações mas a direção do ajuste mente-mundo é rompida pelo fato de os conteúdos representativos não serem conteúdos de crenças, mas conteúdos simplesmente estocados. Fantasias e imaginações têm seus conteúdos e, portanto, é como se tivessem condições de satisfação, do mesmo modo que uma asserração simulada (ou seja, ficcional) tem um conteúdo e logo é como se tivesse condições de verdade, embora em ambos os casos os compromissos com as condições de satisfação sejam deliberadamente suspensos. Não é uma falha de asserção ficcional o seu caráter inverídico e não é uma falha de um estado de imaginação que nada no mundo a ele corresponda (SEARLE, 2002:25)

Mais houve também estratégias intencionais de desvios que comprometeram a idoneidade dos relatos de viagem bem como a compreensão do espaço americano: o desejo de muitos autores afamarem-se pelas letras atestando ações gloriosas e descrições fantásticas contribuíram para a inapreensão dos sentidos que se queria atribuir nos relatos. Muitos dos navegadores-escritores estiveram mais preocupados em serem reconhecidos como heróis do que se aterem a descrever universos que poderiam confiná-los ao ostracismo. O que fez com que a produção textual se pautasse mais nos devaneios de seus autores do que no propósito de seus escritos. A intenção aqui não quer fazer Literatura mesmo porque ainda não se pode falar de gêneros literários ou romancescos apesar de se admitir a contribuição que os relatos de viagem tiveram para verter a idéia do que se apreende como literário. A intenção em casos como semelhantes é o da burla que demonstra um destrato com o compromisso primeiro com a verdade apesar de se aproximar do propósito literário que

(...) quer convencer o leitor da realidade das forças cósmicas em ação nas imagens de vôo. Existir uma fé que, mais ainda que aquela que remove montanhas, as faz voar. Os cimos não são asas? Em seu convite a uma simpatia de imaginação, o escritor molesta o leitor, espicaça-o. Parece-me estar ouvindo o poeta dizer: "Voarás enfim, leitor! Ficarás sentado, inerte, enquanto todo um universo se prepara o destino de voar (BACHELARD, 2006:200)

Também não era simples encontrar linguagem suficiente para descrever cores e formas jamais experienciadas e que, por mais imparciais que pudessem tentar ser os escritores, apresentaria dúvidas quanto a sua representação. Como não demonstrar espanto e entusiasmo com cores e formas surpreendentes? Algo que, inclusive, foi mencionado por Vespúcio, em *Mundus Novus*:

Creio certamente que o nosso Plínio³ não tocou a milésima parte do gênero dos papagaios, nem de outras aves e animais que nas mesmas regiões existem com tanta diversidade de formas e cores que nas mesmas regiões existem com tanta diversidade de formas e cores que Policleto⁴, artista de consumada pintura, fracassaria pintá-los (2003:47).

No entanto, é possível que o que tenha *comprometido* a idoneidade dos relatos tenha sido o uso inadequado, impreciso e até exagerado de analogias e outras representações para aproximar os leitores da experiência *inexplicável*. No entanto, as analogias que *comprometeram* os registros e escritores foram imprescindíveis na ausência de linguagem para tentar tornar legível a experiência e os mundos. Por mais comprometedores e justificáveis que pudessem parecer tais recursos utilizados era uma forma *racional* e *prática* de lidar com a instabilidade dos significados da experiência que precisavam, com urgência, ser compreendidos e determinados. O que não comprometeria, de todo, as interpretações dos navegadores. Mesmo porque as marcas da realidade são passíveis de similitude.

³ Naturalista romano, Plínio, o Velho (23-79), autor do compêndio *História Natural* (no qual descreveu não apenas as espécies animais do Velho Mundo, mas também os monstros que habitariam as regiões ainda desconhecidas da Terra), são frequentes nas cartas dos primeiros viajantes que vieram ao Novo Mundo, entre os quais Vespúcio e Manuel da Nóbrega.

⁴ Ao contrário do que afirma Vespúcio, Policleto era escultor especialista em bronze.

O espaço das analogias é, no fundo, um espaço de irradiação. Por todos lados, o homem é por ele envolvido; mas esse mesmo homem, inversamente, transmite as semelhanças que recebe do mundo. Ele é o grande fulcro das proporções – o centro aonde as relações vêm se apoiar e donde são novamente refletidas (FOUCAULT, 1987:39)

Antes de qualquer consideração, as representações utilizadas pelos navegadores-escritores assumiram importante papel: *esclarecimento*. Desse modo, o que prevaleceu foi um esforço entre escritores e leitores para desvendar um universo desconhecido. No entanto, a tarefa era árdua e muitas vezes se indispôs por tamanha novidade e causou mal-estares.

Mal-estares causados pela incompreensão do espaço americano, causados pelas imprecisões e desvios e que por isso não se apresentava em narrativas lineares e previsíveis. Um mundo composto de transfigurações aproximativas, de *Paraísos* e seres semelhantes aos mitológicos; de mulheres e homens nus dispondo de liberdade nunca vista, entre outras descrições apresentadas como realidade. Talvez, o processo de ficcionalização estivesse apenas na dificuldade de compreender o *estranhamento* disposto na condição e aparência do outro. Uma espécie de poética da intolerância.

A representação do Novo Mundo aproximou-se de um exercício literário. Ao transfigurarem uma América que não correspondia a sua realidade, os navegadores-escritores assumiram, sem perceber, o papel de poetas, transportando-a ao poderia ser. E aqui caberiam as palavras de Aristóteles: (...) *o poeta, em sua obra, relata não o que aconteceu e sim as coisas que poderiam acontecer, e que sejam possíveis tanto da perspectiva da verossimilhança como da necessidade* (2000:47).

Mas os navegadores-escritores não fizeram literatura. Pois, para fazer literatura seria preciso que tanto os navegadores-escritores quanto os leitores tivessem consciência da intenção do processo. O que houve foi a utilização de uma linguagem incomum para dar conta da necessidade de relatar uma experiência *inexplicável* e fazer com que os interlocutores acreditassesem que o que se escrevia enquadrava-se na convenção de veracidade. O que ainda não pode atestar-se como literário.

Criatividade não é sinônimo ou parâmetro suficiente para a escrita literária. Os recursos aproximativos utilizados pelos navegadores-escritores nos relatos de viagem podem ser compreendidos como estratégia eficiente para representar um objetivo não pode ser compreendido como Literatura: (...) *um relato não é significativo pela maneira pela qual representa os acontecimentos, mas pelas estratégias empregadas para construir sua imagem e levar adiante o projeto que motiva o relato* (apud CHIAPPINI; AGUIAR, 2001:130).

Mignolo parece fundamentar seu ponto de vista em *A Poética*, de Aristóteles quando o pensador propõe duas perspectivas para a linguagem enquanto jogo discursivo. Uma perspectiva tenta dar conta *do que realmente aconteceu*, uma via que se relaciona com o propósito da memória histórica, que quase sempre se vincula com o que se testemunha de maneira ocular – nesse caso, a historiografia dispõe de um princípio mimético porque acaba por dar conta das representações humanas como pressuposto que se efetiva – e outra perspectiva mencionada pelo grego tenta dar conta do mundo das possibilidades, da arte e da poesia. Talvez, por isso, seja comum pensar os pólos incompatíveis: de um lado, tem-se o real, o *irredutível*; de outro, o imaginário, o possível: duas realidades dispostas em interesses diferentes.

TERCEIRA PARTE

Os Percursos da Escrita

PRIMEIRO CAPÍTULO

Cristóbal Colón e a Hermenêutica de um Sonho

Um dos focos dos projetos expansionistas nos séculos XV e XVI consistiu na necessidade de difundir o cristianismo. Assim, além da expansão de fronteiras políticas e mercantis, homens como Colón lançaram-se em mares ignotos movidos por um ideal *epopéico* de realização cristã. *Entusiasmo cavalheiresco* que, de acordo com historiadores, também se firmou por iniciativa semelhante a das cruzadas medievais no intento de propagar a *Verdade de Deus*. Expandir a fé: orientação divina, princípio católico que, durante tempos, fundamentou o (...) *fin y el comienzo del propósito por acrecentamiento y gloria de la religión cristiana* (COLÓN, 2003:30) em favor dos desconhecedores da salvação, razão que movia os homens.

(...) *Vuestras Altezas, como católicos cristianos y Príncipes amadores de la santa fe cristiana y acrecentadores de ella y enemigos de la secta de Mahoma y de todas idolatrías y herejías, pensaron de enviar a mí, Cristóbal Colón, a alas dichas partidas de India para ver los (...) pueblos y tierras y la disposición de ellas y de todo y la manera que se pudiera tener para la conversión de ellas a nuestra santa fe; y ordenaron que yo no fuese por tierra al Oriente, por donde se costumbra de andar, salvo por el camino de Occidente, por donde hasta hoy no sabemos por cierta fe que haya pasado nadie* (COLÓN, 2003:2)

Na época, a Europa ainda situava Deus no centro da razão dos homens e julgava conhecer a *verdadeira e única* forma de religiosidade. Uma realidade que colaborou para reiterar o imaginário cristão no continente como insígnia disciplinar capaz de responsabilizar-se pela conduta e destino de homens. Por isso não surpreende que fosse comum e fizesse sentido existir e acreditar em profecias que se responsabilizariam pela melhor sorte da humanidade. Foi imbuído desse sentimento, misto de fé e esperança que Colón investiu-se em mares ignotos no ímpeto de explorar espaços e levar adiante o *significado e a vontade* das palavras de Deus. Mais: encontrar ou tornar possível, de alguma maneira, o Reino de Deus. Ao menos é o que se percebe nas descrições de seus testemunhos.

Foi nessa perspectiva que Colón pensou ter encontrado o Paraíso Terrestre na América. Para Janice Teodoro, em *América Barroca* (2004), o navegador, imerso no sentimento místico que orientava a época, sentiu-se, sob a égide do cristianismo, quando pensou ter localizado o *Paraíso Terrestre*, responsável pela possibilidade de *redenção* do

Ocidente. Mais que um casual encontro⁵ a América significou para Colón o cumprimento de uma profecia; deobsessão que o navegador acreditou ser porta-voz.

Fato que López (2006) fundamenta ao recordar os anos que antecederam as primeiras viagens ao continente americano, quando o navegador genovês, estimulado em encontrar terras desconhecidas, a partir do estudo dos escritos bíblicos, ao lado do padre Gaspar Gorricio, buscou a confirmação do *significado* de suas viagens como *prenúncio* místico revelado. *Confirmação* e *prenúncio*, inclusive, que o navegador italiano procurou *fundamentar* no *Libro de las Profecías*⁶. Dessa maneira, Colón acreditou, ao explorar o continente americano, que cumpria o que estava escrito nas sagradas escrituras. Ou seja, acreditou ser o mensageiro de Deus ao pensar ter encontrado o Paraíso na América. Dessa maneira,

(...) a América mostrou ser um mundo novo no sentido de uma ampliação não previsível da velha casa ou, se se preferir, da inserção nela de uma parcela da realidade universal, considerada até então como de domínio exclusivo de Deus (O'GORMAN, 1992:198)

A função do *Libro de las Profecías* além de promulgar a *revelação* de espaços sagrados e perdidos tiveram a intenção de homologá-los ao tentar persuadir os Reis Católicos de que o encontro com a América era, de fato, a confirmação de profecias. Tanto que Colón anexou o *Libro de las Profecías* a outros documentos compromissados com o testemunho da verdade. Ao fazê-lo, o navegador buscou respaldo necessário para reconhecer a *revelação* e firmar-se responsável pela boa nova, num tom messiânico.

Apesar do esforço de Colón para reconhecer a existência do Paraíso na terra é possível que os Reis Católicos, representantes de Deus na terra, ao negar a impressão do navegador, curiosamente, não tivessem interesse no reconhecimento do fato e diversos eram os motivos. Encontrar o Paraíso poderia não ser uma vantagem porque prejudicaria a estabilidade política e administrativa dos reinos. Ou seja, viabilizar o milagre da redenção significaria relegar a segundo plano a importância do papel dos Reis nas vidas dos homens.

⁵ Ver O'GORMAN, Edmundo. *A Invenção da América*. Trad. Ana Maria Martinez Corrêa e Manoel Lelo Bellotto. São Paulo: UNESP, 1992.

⁶ Os estudos levados a cabo junto com o Padre Gorricio resultaram na escrituta de um caderno de citações proféticas. O livro tentou fornecer, entre diversas referências – salmos, excertos dos Apóstolos, palavras de Santo Agostinho, Jeremias, Isaías, Gênesis e Apocalipse –, sugestões e indicações sobre o devir e a salvação no plano terrestre. Salvação que acreditou Colón intermediar ao acreditar ter localizado ao visualizar semelhanças no Novo Mundo como indícios a que se referiam às palavras dos profetas.

Talvez, por isso, o interesse das empresas marítimas não consistisse em buscas espirituais, e sim, materiais. O que leva a acreditar, paralelamente, que a divulgação da *boa nova* por Colón tenha se relacionado com a tentativa de burlar ou minimizar o fracasso de não se ter encontrado ouro e especiarias na América, razão primeira do financiamento das expedições e existência dos relatos. Mais: poderia ser que as palavras do genovês sobre a possibilidade de ter encontrado o Paraíso na terra fosse tão-somente o início de um processo gradual de insanidade marcado por sua religiosidade e obsessão.

Ao menos se percebe que a razão – ou delírio – de Colón a respeito do continente americano serviu para ampliar as possibilidades das terras descobertas. Seja como for o que para muitos poderia ser impossível tornou-se viável para Colón com base nas expectativas que conduziam a vida dos homens no período. No entanto, a impressão que se tem ao analisar os textos é que a imagem da Terra Santa suscitada pelo navegador atrelou-se mais ao interesse de um homem em imortalizar-se como o responsável por encontrar o *elo perdido* do Ocidente, numa espécie de vaidade divina, do que a certeza de tê-la encontrado. Suas justificativas basearam-se no enaltecimento de semelhanças arbitrárias sobre terras desconhecidas, testemunhadas e enunciadas até então e somente por ele. O fato é que as subjetividades levantadas como argumento não foram suficientes para tornar o espaço interessante porque ficou evidente o fracasso da razão primeira do financiamento das expedições que se relacionavam com buscas materiais. Uma fixação, objetivo que não se materializou nas viagens americanas realizadas por Colón apesar da ansiedade e consciência do compromisso, em inúmeras demonstrações de otimismo.

No es la población salvo allá más adentro, adonde dicen otros hombres que yo traigo que está el rey que trae mucho oro; y yo de mañana quiero ir tanto avante que halle la población y vea o haya lengua con este rey que, según éstos dan las señas, él señoorea todas estas islas comarcanas y va vestido trae sobre sí mucho oro; aunque yo no doy mucha fe a sus decires, así por no los entender yo bien, como en cognoscer que ellos son tan pobres de oro que cualquiera poco que este rey traiga les parece a ellos mucho (COLÓN, 2003:13)

Atesta-se, dessa maneira, um momento confuso em que reconhecer a localização do Paraíso Terrestre poderia parecer ridículo, perigoso e, ao mesmo tempo, providente.

O que talvez não importasse. O que parece relevante é considerar de o fato do navegador ter acreditado no que pensou e a crença ter causado comoção a todos que tiveram contato com o texto. Mais: aparentemente influenciado outros navegadores, como Américo

Vespúcio e Pero Magalhães Gândavo, por exemplo, sobre a idéia do Paraíso ou o que se assemelhava na América como Paraíso.

O que é importante considerar é que antes de ser um mercenário, Colón era um homem crente em busca de sua verdade e que acreditava estar *apto* para recebê-la e difundi-la. Tanto que junto dos testemunhos e ao *Libro de las Profecías* entregue aos Reis Católicos o autor anexou carta de apresentação onde caracterizou-se, com entusiasmo e *modéstia*, como (...) *homem comum e iluminado que, com a ajuda de outros homens iluminados, tinha o dom de antever o amanhã ou a razão resplandecente que se serviria útil ao explicar o passado e dar um sentido final à história humana*, de acordo com o exame de Cordiviola (2005:70). O que leva a crer que Colón, antes de estar a serviço dos Reis, estava a serviço dos desígnios de Deus em suas convicções.

O que se comprova ao analisar o *Libro de las Profecías*, por meio dos escritos do profeta Isaías, por exemplo, onde Colón colocou-se como centro na posição de mostrar um outro mundo possível aos seus contemporâneos: *en efecto, las islas me aguardan y las naves del mar en primer lugar, para que conduzca a tus hijos desde los lejos* (COLÓN apud LÓPEZ, 2006:51). Como navegador, mediador dos mundos, internalizou as palavras do profeta e acreditou ser digno da incumbência de conduzir *los hijos* às Ilhas.

A Bíblia preanuncia aquilo que o navegante encontrará no seu percurso, e a geografia de mil maneiras confirma o que fora previsto muito antes, e que, portanto, era indisputável, por obedecer desígnios divinos (CORDIVIOLA, 2005:68)

Em Jeremias 31⁷, o genovês reafirmou a pertinência das profecias e o papel por ele assumido como *mediador* de uma nova era. É possível que Colón, ao assumir o compromisso com os Reis de encontrar uma nova rota para as Índias na verdade estava imbuído em encontrar, sobretudo, as ilhas anunciadas pelos profetas. Como navegador, conciliar convicções pessoais e missões sociais talvez tenha sido a confirmação do que acreditava como crente. A conveniência necessária para respaldar seus interesses. Então, o que haveria de ilegítimo ou absurdo em suas palavras e interpretações? Percebe-se, com isso, que Colón foi, sobretudo, fiel às suas crenças e responsabilidades e fez delas tentativa de conversão de um mundo. O que significaria a concretização do sonho de encontrar o Paraíso na terra.

⁷ *Oid, gentes, la palabra del Señor en las islas que están lejos* (COLÓN apud LÓPEZ, 2006:51).

El propio sentido de insatisfacción de la cristiandad del siglo XV halló su expresión en la ansia de volver a una situación más favorable. La vuelta debía ser al perdido paraíso cristiano, o a la Edad de Oro de los antepasados, o a alguna engañosa combinación de ambos. (ELLIOTT, 2000:44)

Apesar de não se ter comprovado a localização do Éden nota-se que, ao projetar o Paraíso Terrestre na América, Colón deixou inscrito em seus diários não o que ele viu no continente americano, mas o que gostaria de ver, de acordo com o repertório de pressentimentos, imaginações e desejos coletivos perpassados de gerações e gerações entre frustrações e ansiedades que se fizeram materializáveis em semelhanças até então não experenciadas. Desse modo, diante da urgência da revelação e condição em que se encontravam os homens medievais, do ponto de vista econômico e social, pouco importava saber se o navegador ao desembarcar em 1492 em terras desconhecidas chegava a outro continente ou fingia não sabê-lo: prevaleceu a impressão de que se preferiu manter os sonhos de uma civilização.

O mito, a repetição da repetição, se inscreve como força antecipatória no fluxo linear da história cristã; ensaia eternos retornos que desordenam e desviam os sentidos do tempo, invoca estranhas continuidades que parecem se configurar no além da história e da geografia. Cria uma outra esfera de interpretação, que, apelando a tradição e ao divino, não apenas se contrapõe à banalidade do real, mas também ajuda a redefinir essa mesma noção de real (CORDIVIOLA, 2005:87)

O que se destaca nas palavras do almirante genovês firma-se como oportunidade de reviver e conquistar *origens* e torná-las tão inquestionáveis quanto profícias para o desenvolvimento da história do homem. Pois, os cristãos há muito buscavam o Paraíso quando ele não se mostrou ao alcance de olhos que pertenciam a corpos e espíritos que, indubitavelmente, se achavam merecedores do consolo de angústias e necessidades, materiais e espirituais supridas.

Dessa maneira, a *descoberta* do navegador apresentou-se revolucionária e providente, pois, a imagem e a possibilidade de redenção habitava desde há muito a imaginação de cidadãos comuns, nobres, navegadores, exploradores e povoadores do Ocidente como obsessão. Obsessão por representar e indicar o recomeço que teria a função de livrar os homens dos *pecados* cometidos que obstaculizavam a realidade em curso.

Reviver esse tempo, reintegrá-lo o mais freqüente possível, assistir novamente ao espetáculo das obras divinas, reencontrar os Entes Sobrenaturais e repreender sua lição criadora é o desejo que se pode ler como em filigrana em todas as reiterações rituais dos mitos. Em suma, os mitos revelam que o mundo, o homem e a vida têm uma origem e uma história sobrenaturais, e que essa história é significativa, preciosa e exemplar (ELIADE, 2004:22)

No entanto, o que fez Cristóbal Colón acreditar que estava diante de Paraíso Terrestre? Ou, ao menos, quais os elementos além de sua convicção influenciaram e fizeram com que o espaço americano se tornasse algo próximo ou a sua própria materialização? Seria, de fato, a América, o que pensava Colón?

Ora, a idéia desse mundo resguardado de toda espécie de calamidade e padecimentos físicos, tanto quanto a outra, que ela se enlaça estreitamente, da longevidade extrema dos seus moradores, tende a entrosar-se, muitas vezes, na inspiração dos velhos motivos edênicos, tais como aparecem principalmente na literatura devota da Idade Média. A simples presença do desconhecido e do mistério poderia, aliás, encaminhar sobre esse rumo as imaginações (HOLANDA, 1996:283).

Desse modo, a imaginação deu sentido a América. Colón pensou encontrar o Paraíso com base em indícios literários pré-existentes e semelhanças testemunhadas com os olhos da fé. O que para a época foi *lícito, legítimo* apesar das palavras de Colón terem sido meras especulações fundamentadas em convicções pessoais e analogias feitas pela ausência de recursos lingüísticos para explicar um universo distinto. Em verdade, a América foi uma realidade material que não havia sido experienciada e que foi confundida com outra realidade igualmente nunca vista e experienciada, o Paraíso, o que causou espanto e entusiasmo. Prevaleceu um dever ser ao invés de uma nova experiência com a realidade.

Uma realidade que se fundamentava como imaginação em duas perspectivas distintas e convergentes: a herança de um imaginário anterior ao descobrimento e a necessidade de reatualizá-lo, o que se tornou possível a partir do *descobrimento*. Colón viabilizou as duas perspectivas ao interpretar o espaço americano. Desse modo, mais do que representar a vontade de Deus é possível que ele tenha representado a infelicidade e a impaciência de homens com a realidade que o cercava quando pensou ter encontrado o *Paraíso*.

O resultado é que uns, meio desenganados, (...) movidos por uma desordenada impaciência, procuravam ou já cuidavam ter encontrado na vida presente o que os outros aguardavam na futura, de sorte que o mundo, para suas imaginações, se convertia num cenário prenhe de maravilhas (HOLANDA, 1996:4).

Por isso, não seria exagero admitir que, caso a América não existisse àquelas alturas, seria necessário inventá-la.

La invención del otro como creación, alegoría, leyenda, fábula o simple mentira inscribe, poco a poco, el Nuevo Mundo en el ideal de un deber ser, mítico primero, utópico luego. Esta idealidad de contraponer al ser empírico que la invención americana va ratificando al mismo tiempo en el inventario de la nueva realidad abordada, vocación etnológica ‘avant la lettre’ de cronistas y padres misioneros que integra y completa el soñar despierto de la utopía. (AINSA, 1998:34)

Uma via possível por meio do *milagre* da semelhança e que se responsabilizou por conciliar bases do pensamento lógico e mágico. A semelhança que, segundo Foucault (1987), desempenhou importante papel no século XVI por conduzir a exegese e a interpretação dos homens ao *organizar* o jogo simbólico das formas. O que faz sentido ao perceber os esforços dos navegadores ao tentar descrever os novos mundos. Novos mundos que reavivaram, por meio da linguagem, o que dificilmente poderia conceber-se: o Paraíso Terrestre. Universo que se assemelhou ao que de mais maravilhoso poderia existir para um homem que acreditava no além.

O mundo enrolava-se sobre si mesmo: a terra repetindo o céu, os rostos mirando-se nas estrelas e a erva envolvendo suas hastes os segredos que serviam ao homem. A pintura imitava o espaço. E a representação – fosse ela festa ou saber – se dava como repetição: teatro da vida ou espelho do mundo, tal era o título de toda linguagem, sua maneira de anunciar-se e de formular seu direito de falar. (FOUCAULT, 1987:33)

Mais que uma revelação, os escritos de Colón desvelaram-se na tentativa de reavivar o desejo de saldar uma antiga dívida do homem para consigo mesmo após séculos de infelicidades, buscas e insuficiências. A importância da projeção de Colón consistiu em proporcionar, mesmo que por alguns instantes, a oportunidade de os homens redimirem-se perante Deus dos maus procedimentos e os mal-estares causados por eles próprios a si

mesmos. E o encontro com a América, pelas *semelhanças* com o Paraíso perdido, poderia significar um sinal divino de consentimento para recomeçar uma nova fase. Por isso, não seriam absurdas as relações que fez Colón, mesmo ele representando anseios de poder e riqueza. De qualquer forma, é nesta aparente combinação entre o divino e o terreal, entre o espiritual e o material, que o sonho tentou acomodar-se no continente recém-descoberto: a oportunidade propícia para a sua materialização. No entanto, o Paraíso de Colón, ao menos como concepção literal, de acordo com as descrições bíblicas, não poderia ser o mundo encontrado pelo navegador.

Explicas-se: como (...) *dijeron los sacros teólogos y los sabios filósofos el Paraíso Terrenal está en fin de Oriente* (COLÓN, 2003:67) e o caminho trilhado por Colón, talvez por um acidente de percurso, o conduziu ao sudoeste, localização do espaço americano. Curiosamente, além da localização do suposto Paraíso, no sentido Oriente, encontrava-se a Ásia. Mais precisamente a Ilha de Cipango – Japão –, perto da China e da corte do Gran-Khan, muitas vezes mencionada em *Il Millione*, por Marco Pólo, como região, fonte *inesgotável* de riqueza e beleza. Um destino *previsto* capaz de satisfazer o desejo dos Reis e endossar as convicções sobre a localização do Paraíso. Ao mesmo tempo, o que reforça a tese de que Colón queria encobrir a atrapalhada de um possível desvio de rota ou justificar a iniciativa de um espírito voluntarioso de exploração que teria, por exemplo, a finalidade de provar hipóteses científicas. Hipóteses que se relacionavam, por exemplo, com a ciência de que a forma do planeta era esférica e dessa forma era possível chegar às Índias por outro percurso ou indícios de outro continente. Porém, nesses termos, não há como determinar uma linha de raciocínio segura para compreender as rotas e intenções do navegador. Acreditava Colón na existência de outro continente? Teria sido o desvio para sudoeste proposital?

Em seus escritos não há indícios suficientes para acreditar que existisse a consciência de um quarto continente. Se o desvio para o sudoeste foi proposital, Colón acreditou ter dado a volta ao mundo e ter encontrado o Paraíso por uma outra via para se chegar ao Oriente, como queria, já que acreditava na possibilidade de que a terra era esférica. No entanto, a hipótese não se confirma, pois, a América não estava de acordo com as coordenadas previstas, por sua extensão territorial não corresponder às previsões do Oriente. Mais: por localizar-se no sudoeste, não poderia corresponder às profecias e estudos dos teólogos. Afinal, onde estaria a intenção do navegador?

O essencial a respeito consiste em reconhecer que qualquer ato, se for considerado em si mesmo, é um acontecimento que carece de sentido, um acontecimento do qual, portanto, não podemos afirmar o que seja, isto é, um acontecimento sem ser determinado. Para que o tenha, para que possamos afirmar o que seja, é necessário atribuir-lhe uma intenção ou um propósito. No momento em que fazemos isso, com efeito, o ato ganha sentido e podemos dizer o que é; concedemos-lhe um ser entre dois possíveis. A isto se chama uma interpretação, assim, podemos concluir que interpretar um ato é dotá-lo de um ser ao atribuir-lhe uma intenção (O'GORMAN, 1992:56)

No entanto, independente das intenções e percursos, parece que o encontro de Colón com o *Paraíso* esteve mais relacionado à certeza de suas convicções do que a preocupação de seguir a lógica das coordenadas marítimas que o levariam ao Éden. Talvez, o fato de existirem indícios sobre a localização do Paraíso ao Oriente não fossem suficientes para desvirtuar outras possibilidades. Mesmo porque, por meio da ciência de que o mundo era esférico, a idéia sobre o Oriente poderia relativizar-se de acordo com referências de origem e caminho. Mais relevante foi chegar e desembarcar em um destino e perceber sugestões semelhantes a de suas convicções e tentar conciliá-las com o compromisso institucional. Convicções, inclusive, compatíveis e associáveis a palavras proféticas que norteavam a razão da época. Convicções, no entanto, que apesar de plausíveis e justificáveis, poderiam limitar-se a devaneios, frutos de uma imaginação que gerou obsessão.

O Senhor, teu Deus, te fez entrar numa terra boa, terra de torrentes, de fontes, de águas subterrâneas, jorrando na planície e na montanha, terra de trigo e de cevada, de vinhas, figueiras e romãzeiras, terra de óleo de oliva e de mel (DEUTERONÔMIO, 8, 7)

(...) porque es cierto que la hermosura de la tierra de estas islas, así de montes e sierras y aguas, como de vegas donde hay ríos cabdales, es tal la vista que ninguna otra tierra que sol escaliente puede ser mejor al parecer ni tan hermosa (...) (COLÓN, 2003:73)

A impressão que se tem ao examinar os indícios que levaram o genovês ao escrever como escreveu ao interpretar a América marca (...) a *imaginação como ferramenta útil para dar explicação não somente ao desconhecido, mas também para tentar justificar o que não se queria admitir como evidente* (LÓPEZ, 2006:48): o Novo Mundo como espaço distinto e inimaginável e descrição do espaço realizada pelo navegador fosse tão-somente a descrição de outra realidade; uma realidade que ele gostaria de testemunhar, que poderia ou

não ser divina, a depender de quem e por quais razões poderia interpretá-las dessa maneira. O que leva a crer que as realidades podem tornar-se divinas quando se acredita que elas são semelhantes ao que desejamos e acreditamos como tal.

Se o Paraíso de Colón era um lugar que inexistia, a verdade é que ele passou a existir como convicção na ilusão de semelhanças e sugestões. Semelhanças e sugestões que se consagraram na necessidade de tentar traduzir uma realidade que se apresentou diferente.

É possível que a idéia do Paraíso, de fato, tenha sido uma espécie de representação, semiologia capaz de tornar legível e legítimo espaço até então inconcebível, porém, conveniente e reconhecível como convicção, esperança e realidade se demonstrado e comprovado. Uma necessidade, uma perspectiva que agradaria tanto os leitores quanto o escritor. Desse modo, a expectativa de muitos leitores somada à convicção do hermeneuta italiano fundiu-se em uma estratégia retórica que articulou idéias preestabelecidas pelo imaginário do Ocidente. Assim, não seria exagero considerar que encontrar o continente americano foi uma oportunidade que materializou o mito, de acordo com devaneios e necessidades, por meio de uma linguagem fundamentada na busca por felicidade e redenção. Sonho que se queria possível enquanto vida os homens tivessem.

A religiosidade dessa experiência deve-se ao fato de que, ao re-atualizar os eventos fabulosos, exaltantes, significativos, assiste-se novamente às obras criadoras dos Entes Sobrenaturais; deixa-se de existir no mundo de todos os dias e penetra-se num mundo transfigurado, auroral, impregnado da presença dos Entes Sobrenaturais. Não se trata de uma comemoração dos eventos míticos mas de sua reiteração. O indivíduo evoca a presença dos personagens dos mitos e torna-se contemporâneos deles. Isso implica igualmente que ele deixa de viver no tempo cronológico, passando a viver no Tempo primordial, no Tempo em que o evento teve lugar pela primeira vez. (ELIADE, 2004:22)

O que poderia ser oportuno. A fórmula era simples: considerar a América como possibilidade de felicidade e redenção a partir do resgate de idéias edênicas. O mito da terra incógnita decorrente da sensação de viver em um universo incompleto, de acordo com as promessas de imaginários, sonhos de homens que produziram Literatura. Seria a imaginação um transtorno necessário? Não importa. Seja qual for a resposta estará, assim como esteve até aqui, ao se tratar de futuro, o desejo por um lugar seguro e maravilhoso não foi nem será descabido. Um futuro que pretensa e curiosamente foi delineado pelos antigos.

Pelos sonhos, as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam os tesouros dos dias antigos. Quando, na nova casa, retornam as lembranças das antigas moradas, transportamo-nos ao país da Infância Imóvel, imóvel como o Imemorial. Vivemos fixações, fixações de felicidade. Reconfortamo-nos ao reviver lembranças de proteção (BACHELARD, 1993:25).

Seja como for, não deve ter sido simples para o navegador italiano lidar com outra natureza. Pois, a imagem do Paraíso (re)suscitada por Colón relacionou-se à dificuldade de identificar e reconhecer uma realidade distinta. Pois, até então, os europeus bastavam-se. Não esperavam eles conscientizarem-se de que não estavam sós e que não passaram de meros componentes integrando um sistema maior de convivência e realidade. É possível que inserir a América no patrimônio do imaginário do Ocidente tenha sido uma reação oportuna na tentativa de manter o mundo uno e sob controle. De toda forma, mais um transtorno firmado pela imaginação.

SEGUNDO CAPÍTULO

Américo Vespúcio e a Invenção do Outro Mundo

Como estranho e inconcebível espaço: assim foi, entre deslumbramentos e escatologias, descrito o continente americano. O que não poderia ser diferente. Afinal, como descrever e tornar possível a compreensão de uma realidade de valores e culturas inimagináveis? Como administrar uma experiência que até então só havia sido possível em hipóteses?

Situar a América no período de *descoberta* foi uma tarefa árdua para os navegadores-escritores pelas amplas possibilidades que assumiu nas mentes dos que tentavam descrevê-la. Desse modo, faltaram parâmetros, referências concretas para situar o *alter mundus* como experiência concreta. Nessa perspectiva a América deixou de pertencer-se e bastar-se para submeter-se ao bel prazer das interpretações dos navegadores.

As interpretações e denominações variaram. Pois, cada navegador-escritor possuía interesses e imaginações diferentes. Para muitos dos *hermeneutas* a América não passou da materialização de desígnios divinos; celeiro de mitos e escatologias, onde bizarrices conviviam de maneira pacífica e ainda havia aqueles que achavam que a América não passava de um lugar promissor para desfrutar de vantagens lucrativas.

Independente do que se firmou, o entendimento do Novo Mundo, em momento inicial, restringiu-se a imaginações e, por essa razão, tornou-complexa matéria que se fundamentou a partir das vantagens que se poderia obter, de acordo com a política dos interesses envolvidos. Eis os parâmetros que de todo modo se solidificaram no reconhecimento da Quarta Região do Mundo.

A América representou *assombro* e por vezes *ameaça* capaz de provocar a fuga. Admiti-la, abalaria, de certa maneira, certezas e incertezas constituídas e convencionadas sobre o homem e o mundo e poria em xeque cânones que sustentaram poderes e épocas. O que fez dela uma experiência difícil, pois, não se podia, de uma hora para outra, abandonar valores de uma vida inteira e substituí-los por enigmas.

Por essa razão, não seria exagero afirmar que as concepções e experiências empreendidas sobre o Novo Mundo tornaram-se idéias difíceis e delicadas ao serem expressas de maneira concisa. Mesmo porque não havia condições para tal. Desse modo, como dar sentido e agregar uma realidade inimaginável? Como entender uma realidade que poderia ser ao mesmo tempo motivo de entusiasmo e desalento? Como compreender um espaço que apresentava características sacras e profanas? Como mostrar um universo que se sugeria tanto aprazível quanto ameaçador? Como compreender, por exemplo, um universo no contexto do século XVI onde

Nenhuma lei, nenhum legítimo direito conjugal observam nos matrimônio; antes, qualquer um pode ter quantas mulheres deseja e depois repudiá-las quando quiser, sem que se considere o fato injúria ou desonra, e, nessa prática, homens e mulheres, indistintamente, usufruem da mesma liberdade. São pouco ciumentos, mas sumamente libidinosos, mais as mulheres que os homens: julgamos que devemos aqui calar, por pudor, os artifícios delas para satisfazer sua libido insaciável. (VESPÚCIO, 2003:74)

Imagens possíveis tão-somente em imaginários antigos e incríveis de países como *Cocanha*. Lugar imaginário, utopia difundida no século XIII por autor desconhecido, onde reinava a abundância, ociosidade, a juventude e a liberdade, em mescla de hedonismo e epicurismo.

*(...) As mulheres dali, tão belas,
Madura e jovens,
Cada qual pega a que lhe convém
Sem descontentar a ninguém*

*Cada um satisfaz seu prazer
Como quer e por lazer
Elas não serão por isso censuradas
Serão muito mais honradas*

*E se por ventura
De uma mulher se interessar]por um homem
Ela o pega no meio da rua*

*E ali satisfaz seu desejo
Assim uns fazem a felicidade dos outros (...)*
(In: FRANCO JÚNIOR, 1998:32)

Ou ainda previsto pelo *Artigo de Fé dos Hermafroditas*, contida na utopia francesa do século XV, *A Ilha dos Hermafroditas* (1605?), atribuída Artur Thomas, traduzida e estudada pela doutoranda Ana Cláudia Romano Ribeiro (2005) quando se afirma:

(...) Nós ignoramos toda outra divindade que não seja Amor e Baco, que nós dizemos residir essencialmente em nosso desejo, ao qual nós rendemos toda honra.

(...) Nós ignoramos todo outro espírito além do que nos é persuadido pelo prazer que nós cremos tornar-se visível em nossas paixões e afeições. Eis por que nós lhe aderimos tanto quanto se pode fazer. (2005:164)

Mais: *Vivem segundo a natureza e podem ser considerados antes epicuristas do que estóicos.* (VESPÚCIO, 2003:42). Estaria o navegador genovês reafirmando universos inconcebíveis? Reproduzia exageros e distorções no desejo de agradar os leitores e firmar-se popular, realizador de um grande feito histórico? Vespuícius estaria sendo fiel aos fatos e era refém da impossibilidade de narrar os episódios de outra maneira, com menos exageros? Haveria outra maneira de descrever a realidade americana? O que poderia significar o Novo Mundo: Materialização de imaginações assimiladas? Realidade fantástica não testemunhada? De acordo com Cordoviola,

Entre o aparente (essa multiplicidade de elementos diferenciais que surpreendem o viajante e impelem a narração, como a terra, as gentes, os hábitos, as riquezas, as latitudes, os acidentes geográficos, os animais, as plantas da América) e as matrizes de pensamento que outorgam sentido ao mundo observado (as leituras, os cálculos, as expectativas, as esperanças), surge toda uma trama discursiva onde se confunde o que é com aquilo que deveria ser, e onde a conjectura se torna tão certeira quanto os irrefutáveis contornos do perceptível. (...) A imaginação e a percepção se completam, ora diluindo, ora reafirmando antagonismo que as une e separa. (2005:63)

O espaço americano perdia-se em possibilidades. Possibilidades que esbaravam na imediatez e obrigação dos navegadores de transcrever, de maneira objetiva e com verossimilhança, a novidade. Tarefa árdua. Pois, diante da obrigatoriedade de documentar as experiências e torná-las legítimas criou-se um repertório de conveniências e confusões que deturparam o sentido plausível do Novo Mundo.

Conveniências e confusões que variaram entre a transposição de imaginários do Ocidente e a criação de novas imaginações para validar a consistência dos episódios experienciados. O que gerou mal-estar porque se deixou de ver o espaço americano como de fato ele se constituía, o que fez da América um espaço confuso porque foi compreendido e instaurado de diversas maneiras por inúmeros homens numa perspectiva *caleidoscópica*. O Novo Mundo, terra de ninguém, objeto de cobiça passível de apropriação de acordo com os diversos prismas estipulados.

Desse modo, cada homem, aventureiro, buscava semelhanças que pudessem comprovar um motivo que os fizesse apropriar-se do que estava diante dos olhos. Missão primeira que justificava riscos, viagens e descrições. Por essa razão, os espaços e individualidades americanas tornaram-se representações absurdas. Pois, firmaram-se

arbitrarias e distantes de uma noção condizente com o que poderia ser a América e o ser americano.

No entanto, as tentativas de apropriação dos europeus esbarraram na incapacidade de afigurar um mundo diferente composto de homens distintos mas não menos humanos e espaços de geografia surpreendente. Poderia, por exemplo, ser o homem americano um monstro? – *Ficarias admirado se visses coisa tão insólita, semelhante a monstro. A saber, um homem (...)* (VESPÚCIO, 2003:40); poderia ser o espaço americano Paraíso? – *Certamente, se aqui não for o paraíso terrestre, creio não estar longe dessas regiões (...)* (VESPÚCIO, 2003:47).

A alteridade fez com que os *hermeneutas* inventassem outros mundos, provenientes da ignorância, delírios e interesses específicos. Desse modo, pode-se dizer que a América deixou de exercer autenticidade e compôs-se de insuficiências alheias na tentativa de apropriar-se e tornar legítimo um espaço ainda não reconhecido. Um transtorno causado pela imaginação.

Sus mentes y su imaginación estaban condicionadas de antemano, de tal manera que veían lo que esperaban ver e ignoraban o rechazaban aquellos aspectos de la vida de los territorios del sur para los que estaban preparados.
(ELLIOTT, 2000:35)

Ao se tentar negar a identidade da América e *compreendê-la* a partir de parâmetros ocidentais à revelia, a América deixou de existir e figurou-se como reprodução/materialização de imaginários do Ocidente já que os relatos de viagem não representaram a América *per se*, e sim, a imaginação de quem a descreveu. Assim, ao tentar descrever o espaço americano os navegadores-escritores aproximaram-se de um processo que se poderia compreender como *fabulação do real*.

Pois, o Novo Mundo foi representado por alegorias que nem sempre corresponderam a sua realidade. O que foi nocivo, pois, muitos dos textos ambíguos e inverídicos foram responsáveis pelos discursos de fundação do espaço americano. Seria lícito entender o Novo Mundo a partir da *credibilidade* dos desvios e imaginação de quem primeiro o descreveu? Dependeria o Novo Mundo das atribuições alheias para existir e significar? A preocupação consistia em não em reconhecer um espaço desconhecido, e sim, compreendê-lo em meio a equívocos e distorções. O que repercute com mais nitidez *a posteriori*, quando prevalece a visão dos europeus sobre o espaço americano.

En el encuentro de América, se inventa otro continente al mismo tiempo que la nueva realidad se integra (se dispone) en el mundo de la época para modificarlo en forma substancial. La invención lleva en sí un dispositivo de desestabilización, perturbación y subversión del orden aceptado, cuya intensidad se mide en función de la capacidad que conlleva. (AINSA, 1998: 33)

Porém, em meio a dificuldades e incertezas a respeito do universo americano nota-se um esforço dos navegadores para tornar legítimas as experiências e relatos. Para auxiliar as dificuldades, muitos dos navegadores apresentaram referências de outros relatos de viajantes como Marco Polo e Mandelville. Como o fez Colón ao citar referências de episódios experienciados por Marco Pólo, em *Il Millione*, já que o objetivo de Colón era o de percorrer as Índias, caminho trilhado por Marco Polo – (...) *por la información que yo había dado a Vuestras Altezas de las tierras de India y de un Príncipe que es llamado Gran Can, que quiere decir en nuestro romance Rey de los Reyes (Grifo meu)* (COLÓN, 2003:2). O intuito era apresentar credibilidade aos objetivos traçados e reiterar a viabilidade do propósito mesmo que fosse inviável. Demonstração que as referências,

As citações não constituem apenas um apelo a uma autoridade com o propósito único de sancionar determinado passo no curso (...). Elas podem também retomar uma questão antiga visando demonstrar que uma resposta já tornada clássica fez-se novamente histórica, demandando de nós uma renovação da pergunta e de sua solução (JAUSS, 1994:9)

O que seria natural já que se trata de referências importantes para os navegadores entenderem o cosmos que aos poucos revelava sua totalidade e as antropologias contidas nas literaturas de viagens. Por mais incríveis que pudessem parecer os relatos eram representações compromissadas com a verdade; descrições de experiências de homens que tiveram a oportunidade de testemunhar mundos e eventos inimagináveis sendo capazes de suscitar em outros homens ambições maiores e que fatalmente desembocaria em grandes descobertas e elocubrações, necessidade da dinâmica histórica, importante no processo de desenvolvimento dos homens e sociedades.

Os relatos de viajantes como Marco Pólo e Mandeville serviram para *orientar* parâmetros utilizados e torná-los *reconhecíveis* ou *sensatos* em terras estranhas na tentativa de *elucidar* a configuração da experiência. É possível que os cosmonautas do século XVI tenham tentado reproduzir as façanhas praticadas pelos navegadores anteriores no intento de

imortalizarem-se pelas letras como ambição a mais independente de pairar dúvidas sobre as certezas que envolviam a representação dos episódios nos relatos⁸. O que seria compreensível, pois, os relatos daqueles homens eram cânones, exemplos, modelos necessários para se ter consciência do que poderia representar e repercutir testemunhos de terras inexplorados. Exemplo de que terras inexploradas poderiam existir e suscitar sonhos de conquista, civilização, por exemplo.

Tudo por conta da palavra que foi responsável pelas representações das experiências dos navegadores e que, de maneira comum, gera ficcionalidades ao sugerir mundos particulares que se universalizam. A mesma palavra que tornou possível o universo do Novo Mundo e o inferno de Dante quando antes não existiam. Aos poucos se despertava, de maneira definitiva, para o poder do léxico que poderia denominar o mundo que se queria existir. Não foi em vão que criaturas divinas e bizarras *materializaram-se* experiências plausíveis graças às palavras que não têm outra função a não ser tornar possíveis mundos e possibilidades. Razão responsáveis por mistérios que fizeram imaginar outros mundos como *encantamento, feitiçaria*. Inclusive, pareceram *enfeitiçados* aqueles que leram os testemunhos dos viajantes e imaginaram o que havia sido escrito assim como pareceram também enfeitiçados os próprios viajantes ao significar o Novo Mundo de modo aparente como se não pudesse existir. Tudo por conta da palavra e da imaginação que imagina e necessita de espaços, prováveis utopias para continuar existindo, inclusive, os homens.

Nessa perspectiva, no que diz respeito à *força do verbo*, um dos relatos sobre o Novo Mundo que mais se destacam são os escritos de Américo Vespúcio, em específico, *Mundus Novus e as Quatro Navegações*. Em princípio, o que se pode dizer a respeito dos registros de Vespúcio é que se trata de relatos escritos por um navegador impressionado com mais um espaço tão *estranho* quanto *maravilhoso*.

No entanto, o que distingue os documentos redigidos por Vespúcio dos outros é a representatividade da força evocativa das palavras; a maneira como foram disponibilizados os episódios vividos. Vespúcio, assim como outros navegadores-escritores, estava comprometido no encontro de novas terras a fim de encontrar *felicidade*. No entanto, não uma felicidade que se restringia mística como cogitou Colón ou estritamente mercantil, suscitada pelos portugueses. Talvez, a junção de ambas para que o pudesse distinguir e

⁸ Um dos referenciais é John Mandelville que, no século anterior já havia descrito criaturas extravagantes. Continuando uma tradição que remontava a Heródoto, Solinus e Plínio, Mandelville afirma que em certas ilhas as gentes costumam beber sangue humano para selar acordos, em outras existe um povo que mora em cavernas e desconhece o uso da razão e em outra residem os cinocéfalos que apesar de ter cabeça de cachorro são altamente racionais e inteligentes. Essas são algumas das informações que posteriormente condenariam a obra de Mandelville ao limbo reservado para os inventivos, mentirosos e exagerados. (CORDIVIOLA, 2005:66)

alcançar definitiva fama e entrar para o rol dos homens capazes de realizar feitos relevantes. O que justifique, possivelmente, a maneira como dispôs a representatividade do Novo Mundo.

De maneira aparente compromissado com a glória pessoal, os escritos do navegador Américo Vespúcio ganharam destaque por sua forma que foi capaz de promover reflexões e acontecimentos significativos aos rumos da história por mostrar a *outra face* da humanidade. Não que o mesmo não pudesse ter sido comprovado nas palavras de outros homens. No entanto, há sempre uma razão, importância que circunda e diferencia alguns homens dos demais. Não o que se pensa mas como se demonstra o que se pensa. Eis o que distingue.

O comprometimento e o que se poderia atestar como Paraíso em Vespúcio relaciona-se, desse modo, não a necessidade – encontro – de um espaço como aspiração coletiva ou institucional. Mas sim, como a criação de um universo distinto e que fosse capaz de gerar notoriedade. Eis a razão, talvez, porque o seu nome representa um continente; eis a razão talvez, porque os registros de Colón não tenham se firmado importantes apesar de primeiro ter chegado ao continente.

Ganhar notoriedade, de acordo com o raciocínio de Burckhardt (1991), era o que queria Vespúcio. Pois, nessa época, a qualidade meritória assumia nova forma, renovada característica voltada para o exterior, centrada no auto-elogio, na busca pela imortalidade, ânsia pela fama. O que faz sentido se se levar em consideração, de acordo com Bueno, organizador da versão dos escritos de Vespúcio em português, que o navegador florentino, além de um aluno mediocre, era um dos dissidentes dos Médici que ainda não havia realizado um feito digno de ser reconhecido. Por isso, atribui-se aos escritos, repletos de episódios de glória, uma forja encomendada – ou quem sabe roubada – para vangloriar-se de feitos que, talvez, nunca existiram ou não foram por ele realizados. Pois, consideram-se apócrifos os seus escritos.

A Vespúcio atribuíram-se até mesmo texto que, tudo indica, vinham de oficinas florentinas já especializadas na fabricação, impressão e venda de informações sensacionalistas sobre o Novo Mundo. Foram elas que forneceram aos italianos, e depois aos europeus, as notícias exóticas que o público adorava (GRUZINSKI, 1999:37)

É possível que Vespuícius tenha escrito o que os leitores gostariam de ler ou saber: descrições capazes de modificar a realidade, visões de mundos ao tomar conhecimento que era possíveis outras realidades. Boa nova que causou o impacto necessário aos habitantes do Velho Continente. Cogita-se que o sucesso dos escritos de Vespuícius tenha consistido em serem distintos de outros navegadores por mostrar uma realidade que se faziam sentir superiores os europeus em um momento em que necessitavam se sentir absolutos até mesmo para afastar a possibilidade da ameaça de outras civilizações. A representação do universo americano foi exposta de maneira inferior e não distinta, apesar de um estado primitivo, em relação ao universo europeu.

Também estive 27 dias em certa cidade onde vi carne humana salgada suspensa nas vigas das casas, como é de costume entre nós pendurar toucinho e carne suína. Digo mais: eles se admiram de não comermos nossos inimigos e de não usarmos a carne deles nos alimentos, a qual dizem é saborosíssima. (...) são semelhantes a bestas. Nós nos esforçamos quanto pudemos para dissuadi-los a afastar-se de seus costumes depravados, e eles nos prometeram que renunciariam àquilo (VESPUÍCIO, 2003:44)

Diferente de Colón, por exemplo, Vespuícius não firmou idéias preexistentes ao descrever a América. Enquanto Colón ao descrever a América vislumbrou uma mescla de Oriente conhecido com Europa idealizada Vespuícius ateve-se a descrever um universo distinto, digno de espanto e curiosidade, sem fazer relação com perspectivas ou imaginários reconhecidos. Um mundo repleto de bizarrices e escatologias habitado por criaturas inimagináveis.

Vimos que se assava ali certo animal que, exceto pelas asas, que não tinha, era muito semelhante à serpente e parecia tão bruto e selvagem que nos espantávamos muito de sua ferocidade. Caminhando adiante pelas mesmas cabanas, encontramos vivas inúmeras serpentes como esta que, atados os pés, tinham boca amarrada com uma espécie de corda para que não a abrissem, como se costuma fazer com cães e outros animais para que não possam morder (VESPUÍCIO, 2003:82)

Enquanto um, Colón, deteve-se na possibilidade de um Novo Mundo, baseado na tradição do que se esperava como revelação, o outro, Vespuícius, preferiu um ater-se a Outro – como alteridade –, fundamentado na novidade do desconhecido assustador e reles. O que foi fundamental. Pois, a importância dos escritos de Vespuícius ao descrever Outro Mundo,

em especial *Mundus Novus*, consistiu em estabelecer novos paradigmas. Paradigmas que estiveram, de uma maneira geral, relacionados a idéias de afirmação dos europeus.

Afirmação e *superioridade*, idéias que os europeus tinham de si e que gerou reflexões na forma como descreveram o Outro. Pois, ao depararem-se com culturas e espaços distintos os ocidentais repensaram sua condição e valores que, ao se diferenciarem, sentiram a necessidade de (re)afirmarem-se como sobrevivência que não mediou esforços a partir da força, conversões e disseminação de imagens, imaginações e imaginários, utopias, além de julgamentos (in)discriminados para garantir-se.

Sobrevivência que se afinava, além das bizarrices, também com a representação de um universo aprazível capaz de verter de melhor sorte os destinos tanto dos homens que navegavam e descreviam o que testemunhavam quanto dos que aguardavam tais notícias. Um paraíso. Se não um Paraíso no sentido místico não menos profético no sentido de habitar um mundo de convivência amena e abundante, distante da idéia de desprovimento.

Não têm panos nem de lã, nem de linho, nem de seda porque não precisam deles. Nem têm bens próprios, mas todas as coisas são comuns. Vivem ao mesmo tempo sem rei e comando, e cada um é senhor de si mesmo. (...) Além do mais, não têm nenhum templo, não têm nenhuma lei nem são idólatras. Que mais direi? (VESPÚCIO, 2003:42)

Contudo, nessas tantas e tão grandes procelas do mar e do céu, aprouve ao Altíssimo mostrar-nos um continente, novas regiões e um mundo desconhecido, pela visão dos quais fomos invadidos de tanta alegria quanto alguém possa imaginar ser costume acontecer àqueles que conseguiram salvar-se de várias calamidades e da fortuna adversa (VESPÚCIO, 2003:37)

No entanto, o universo descrito por Américo Vespúcio causou transtornos por não corresponder à realidade. Vespúcio arquitetou um universo conveniente a um projeto pessoal para sagrar-se notável por feitos fantiosos. Seja por não ser responsável pelos escritos a ele atribuídos seja pelas contradições e descontinuidades inexplicáveis constatadas criou-se um universo designado pela imaginação. De acordo com os relatos do viajante italiano, a partir de então, as características discriminadas sobre a terra americana passariam, assim como certo tempo o foi, verdades. O que comprometeu a singularidade e constituição do espaço americano.

Vespúcio não ofereceu ao mundo um universo repleto de riquezas ou redenção espiritual como se esperava. Vespúcio ofereceu um universo de omissões, mentiras, exageros, um *Paraíso* onde ele seria o soberano na conveniência de tornar possível um mundo que o apetecia como *herói* e navegador que sempre quis se tornar. Um capricho de um desacreditado nobre talvez. *Certamente, se o paraíso terrestre estiver em alguma parte da terra, creio não estar longe daquelas regiões* (VESPÚCIO, 2003:47).

TERCEIRO CAPÍTULO

*Pero Magalhães Gândavo e a Conquista Material da
Felicidade*

O Brasil, nos primeiros cinqüenta anos após sua *descoberta*, não foi motivo de cobiça ou reflexão dos portugueses, que ainda tinham suas atenções voltadas para as Índias. Ao contrário dos espanhóis, franceses, holandeses e ingleses que se voltaram cada vez mais interessados com o Novo Mundo à medida que tomavam conhecimento, entre maravilhas e horrores, do espaço americano. Fato que se comprova na difusão e conhecimento dos textos relativos a respeito do Quarto Continente. Enquanto a carta de Pero Vaz de Caminha, responsável pela fundação do espaço brasileiro ficou inédita nos arquivos lusitanos até 1773 as cartas de Américo Vespúcio foram distribuídas por quase toda a Europa, em diversas traduções, ainda no século XVI.

Atribui-se, de acordo com Holanda (1996), não à indiferença dos portugueses pelas maravilhas e mistérios do Novo Mundo mas o fato do pioneirismo náutico lusitano amortecer o impacto das experiências americanas. Pois, Portugal já havia percorrido a costa africana e asiática e a capacidade de surpreender-se com naturezas distintas era menor em relação àqueles que não tinham as mesmas experiências e percursos. Para os portugueses a costa brasileira foi tão-somente mais uma costa percorrida e as relações empreendidas com a Ásia ofereciam um retorno mais objetivo e imediato. Em outros termos, o projeto expansionista português permaneceu, desde o início, fiel às suas prerrogativas, compromissos e anseios materiais.

O que não quer dizer que os lusitanos não tenham feito digressões a respeito das maravilhas testemunhadas. Apenas a manifestação do deslumbramento com o espaço americano, diferente da perspectiva espanhola, não se relacionou com o resgate de ancestralidades a ponto de vislumbrar reformas de valores humanos. Nada de errado em estabelecer um projeto de reforma de valores, no entanto, o plano inviabilizava-se porque não correspondia às ambições portuguesas. Aqui caberiam as palavras de Holanda quando afirmou que (...) *não é em um futuro póstumo ou fora do mundo mas na própria vida de todos os dias que a condição humana há de encontrar sua razão de ser* (HOLANDA, 1996:188). Afinal, *de que poderiam valer especulações desvairadas, inquietas solicitudes e fantasias, bons ou maus agouros se indiferentemente a tudo isso, o mundo segue seu curso* (HOLANDA, 1996:105).

O interesse e deslumbramento dos portugueses com as terras brasileiras relacionaram-se tão-somente com matérias que poderiam proporcionar lucros e riquezas. Não houve espaço para devaneios ou especulações. O projeto lusitano fundamentou-se em algo tão palpável quanto metais, especiarias e pedras preciosas. Um propósito que não

deveria ser desvirtuado haja vista o que já se havia conquistado nas Índias onde foram possíveis retornos lucrativos exorbitantes. Por essas e outras razões justifica-se um pragmatismo narrativo que não deveria ser retocado.

Ainda que fossem muitas vezes sensíveis à atração da fantasia e do milagre, é principalmente o imediato, o cotidiano, que recebem todos os cuidados e atenções desses portugueses do Quinhentos. O trato das terras e coisas estranhas, se não uma natural aquiescência e, por isso, uma quase indiferença ao que discrepa do usual, parecem ter provocado certa apatia da imaginação (...) (HOLANDA, 1996:104).

O que esclarece um pouco a forma portuguesa de entender e descrever as glórias de suas conquistas. É como se, antes de creditar a subjetividades os pensamentos e ações, os portugueses reivindicassem para si a autonomia de responsabilizar-se por si e seu destino. O destino, a glória de descobrir e conquistar riquezas, lucros e outras vantagens.

Esta província de Santa Cruz, além de ser tão fértil como digo, e abastada de todos os mantimento necessários para a vida do homem, é certo ser também mui rica e haver nela muito ouro e pedraria, de que se têm grandes esperanças(...) Sei que assim destas como doutras há nesta província muitas & mui finas, & muitos metais, donde se pode conseguir infinita riqueza. (GÂNDAVO, 1995:47)

Dessa maneira, percebe-se, que o projeto expansionista português era um projeto *coerente*, como era de se esperar das empreitadas marítimas, inclusive, as de Colón e Vespuílio. Portugal quis, por meio de espaços como o Brasil, tirar o máximo de proveito material para inserir-se no processo de desenvolvimento histórico das sociedades e firmar um projeto para estabelecer-se como Estado nacional.

Ao invés de fundamentar-se, por exemplo, em profecias que anunciam redenções, os portugueses preocuparam-se em dispor de desenvolvimento tecnológico capaz de tornar possíveis seus anseios materiais que, somados à capacidade e experiência de navegar, tornaram *ilimitadas* as fronteiras que se imaginava existir. Não houve uma preocupação em localizar o Paraíso, pois, a redenção dos portugueses não era espiritual, e sim, mercantil. Talvez, *profetas* como Colón no cunho da expansão marítima tenha sido exceção, pois, a ambição que deveria prevalecer nos navegadores era material e não espiritual. Em outras palavras, deveriam sobressair os planos do homem e não os de Deus. Apesar de acreditarem

no contrário, a impressão que se tem de muitos navegantes é de que o homem não estava a serviço de Deus mas o inverso, tamanha era a ambição que os movia.

Tanto que os europeus nos projetos expansionistas acreditavam que o mundo limitava-se aos seus valores e vontades ao julgarem-se hegemônicos. Fato que se percebe na maneira como foram tratados os povos e culturas que foram submetidos e julgados onde com raridade praticou-se a indulgência ou compaixão. Acreditaram-se superiores e muitas eram as razões à revelia de Deus. Razões que se fundamentavam na crença de pertencer a uma etnia superior; de serem dignos da única e verdadeira religiosidade e estarem no mais alto grau de desenvolvimento técnico, científico, cultural e artístico. E na crença de sentirem-se superiores não houve limites ou concessões para viabilizar interesses. Pretensões que objetivaram conquistas. Talvez, por isso, não houve tempo para refletir sobre o Paraíso: sensato seria construí-lo, de acordo com as ambições firmadas.

Desse modo, não seria absurdo pensar que o Paraíso era uma realidade que poderia tomar forma em qualquer espaço; *folha em branco* a ser preenchida de acordo com valores, interesses e pretensões específicas. Basta observar o exemplo americano. A América foi um lugar *sem nome* onde vários sujeitos puderam consolidar suas impressões para afirmarem-se ou afirmarem as intenções que representava. Não foi em vão que o espaço americano ganhou forma e senso quando as cartas de Colón e de Vespúcio foram traduzidas e divulgadas. Para Holanda, (...) *a simples notícia de um continente mal sabido e que, tal como a cera, se achava apto a receber qualquer impressão e assumir qualquer forma* (1996:184). Se no encontro com a América houve a impressão de se ter alcançado o Paraíso assim o foi porque assim quiseram alguns, de acordo com insuficiências de parâmetros e conveniências de interesses.

No entanto, considerar o Paraíso na América significaria intuir que não houve discernimento para atestar que o espaço americano poderia ser tão-somente um espaço distinto tão pouco de que muitas das transcrições dos navegantes e que a figura do Paraíso transcrita poderia ser representação aproximativa do que seria a realidade além-mar. Desse modo, como não havia possibilidade de se comprovar as informações, sobressaiu-se indícios que fertilizaram imaginações de homens arredios quanto à realidade de que dispunham.

Seja como for, a difusão das sugestões causou polvorosa e influenciou o ímpeto e a imaginação dos navegadores. A autenticidade das impressões ficou em segundo plano. Se não o Paraíso, a semelhança também poderia interessar. Tratava-se de uma idéia disponível a serviço da concepção de mundo e anseios de cada um. Pois, de todo modo, a novidade poderia proporcionar a redenção, fosse material ou espiritual.

Pode-se dizer que para cada Paraíso havia um hermeneuta que disponibilizou suas preocupações e interesses ao acomodar o espaço americano às suas interpretações, de todo modo, *paradisíacas*. Pois, o Paraíso poderia apresentar-se de maneira inúmera: materialização de uma entidade metafísica milenarmente esperada, de acordo com a satisfação dos religiosos e crentes, numa perspectiva espiritual; espaço onde se poderia desfrutar dos recursos naturais disponibilizados como sobrevivência e gozo, na perspectiva material, a dos cosmonautas, ou ainda, a possibilidade de se usufruir um lugar que serviria de base para a reformulação de valores e organização social, numa perspectiva filosófica, humanista. Desse modo, ao relevar-se a amplitude que poderia assumir a idéia de redenção, fosse ela material ou espiritual, seria providência.

Independente do que poderia prevalecer como interpretação, as tentativas foram maneiras de racionalizar a experiência. Racionalização que se vinculava ao desafio de inserir o espaço americano na genealogia dos povos, na cosmologia européia, do mundo, como significado legível. Paraíso ou devaneio que, diante da urgência de necessidades e legitimação, precisou de parâmetros para situar-se. Assim, cada hermeneuta utilizou recursos convenientes para racionalizar a experiência.

No caso específico, Pero Magalhães Gândavo racionalizou o Paraíso de maneira material. Prevaleceu o compromisso de apresentar um espaço que pudesse suprir as necessidades e anseios portugueses que estiveram relacionados à conquista de proventos. Encantos naturais capazes de recompensar materialmente as investidas portuguesas, de acordo com o que foi escrito no testemunho *Tratado da Terra do Brasil* entregue ao *mui alto e Sereníssimo Príncipe Dom Henrique, Cardeal, Infante de Portugal*. No entanto, sem admitir interferências divinas, mas dispondo de uma consciência similar de felicidade: o mesmo mundo repleto de fartura, abundância, beleza, sossego e riquezas que se pretendia alcançar.

Imaginei comigo que podia trazer destas partes com que desse testemunho de minha pura intenção: e achei que não se podia de um fraco homem esperar maior serviço (ainda que tal não pareça) que lançar mão desta informação da terra do Brasil (coisa que até agora não empreendeu pessoa alguma) para que nestes reinos se divulgue sua fertilidade e provoque muitas a muitas pessoas pobres que se vão viver a esta província, que nisto consiste a felicidade e aumento dela (GÂNDAVO, 1995:1)

Ao considerar os impactos e impressões de Colón sobre as terras recém-descobertas, diante de abundâncias e fertilidades, será que em algum momento Gândavo ao desembarcar em terras surpreendentes considerou as antigas profecias a respeito de mundos prometidos assim como o fez o genovês? Será que bastou atribuir a si e à pátria a glória de tão maravilhoso e inimaginável mundo?

De início, o que se pode afirmar é que não houve maiores reflexões a respeito. Pois, Gândavo disponibilizou textos que se limitaram a enaltecer a beleza e a fertilidade da natureza brasileira. Beleza e fertilidade que, inclusive, foram descritas sem relacionar ou atribuir uma razão edênica, como se pode constatar ao logo do *Tratado da Terra do Brasil*.

Há nesta terra muita cópia de leite de vacas, muito arroz, fava, feijões, muitos inhames e batatas, e outros legumes que fartam muito a terra. Há muita abundância de marisco e de peixe por toda esta Costa; com estes mantimentos se sustentam os moradores (GÂNDAVO, 1995:20)

(...) nestas partes, scilicet, muitos melões, pepinos e figos de muitas castas, romãs, muitas parreiras que dão uvas duas, três vezes ao ano, e tanto que umas se acabam, começam outras novamente. E desta maneira nunca está o Brasil sem frutas. De limões a laranjas há muita infinidade: dão-se muito na terra estas árvores de espinho e multiplicam mais que outras (GÂNDAVO, 1995:23)

De qualquer forma, havia uma relação próxima entre o que escreveu Gândavo a respeito da fertilidade do Novo Mundo e a idéia do Jardim do Éden exposta no livro do Gênesis e atestada por Colón ao justificar a América como possibilidade de Paraíso.

Deus, o Senhor Deus, plantou um jardim em Éden, e ali pôs o ser humano que havia formado. E o Senhor Deus fez brotar da terra toda sorte de árvores de aspecto atraente e saborosas ao paladar a árvore da vida no meio do jardim (GÊNESIS, 2; 8, 9)

Vale salientar que, ao firmar o Paraíso em terras americanas Colón não instituiu praxe a ser reconhecida e seguida por outros. Tratou-se tão-somente de uma intuição fundamentada em convicções pessoais que poderiam ou não fazer sentido de acordo com o horizonte de expectativas de cada um. Nesse caso, tanto o genovês quanto o português poderiam estar em desacordo. Afinal, Colón e Gândavo eram homens que se diferenciavam em origens, planos e formação o que, naturalmente, influenciaria na maneira de interpretar formas e destinos. Desse modo, o Paraíso institucionalizou-se de maneira diferente para

ambos. Enquanto um vislumbrou a possibilidade de uma *revelação mí(s)tica* o outro preferiu enaltecer a beleza e fertilidade. Cada um preocupou-se em fazer jus às suas expectativas. No entanto, é importante frisar que ambas as perspectivas eram legítimas. A perspectiva material, mercantil de Gândavo, *a priori*, fazia-se a de Colón bem como a de Colón poderia firmar-se como a do português. Prevaleceu o que lhes cabia como urgente e maior. A Gândavo coube ater-se ao pragmatismo descritivo previsto pelas empresas.

Deve-se a diferença das interpretações ao fato de ambos terem se deparado com um universo que poderia render um entendimentoário. Pois, até então não havia sido encontrado espaço semelhante em fertilidade e beleza pelos navegadores. Um universo que até então só havia sido instituído em promessas divinas que fizeram os homens sonhar acordados por muito tempo. Sonhos e promessas que passaram a existir no encontro dos mundos e confundiram a interpretação do espaço que se apresentava.

As semelhanças entre as imagens da experiência e o Paraíso estipulado pelas sagradas escrituras, embora pudessem ser evidentes, não interessaram a Gândavo a ponto de afirmar, de maneira categórica, que tivesse encontrado o Éden. O que não quer dizer que foi possibilidade desconsiderada pelo português, que preferiu confrontar-se com idéias e objetivos estipulados pela Coroa. Especula-se, além dos compromissos firmados com os Reis, o desinteresse de ocultar a glória de sua conquista e a dos poderes que representava; por respeitar os limites da textualidade que tinha o objetivo de tão-somente relatar a geografia das terras; por temer o descrédito de suas palavras; por reconhecer as consequências de um tom messiânico, haja vista as consequências das especulações anteriores – o relato de Gândavo data de 1576, oitenta e quatro anos após os relatos de Colón. Mais: admitir o Paraíso poderia significar compartilhar riquezas. Pois, o Paraíso era um lugar destinado a todos os cristãos e isso poderia não interessar aos objetivos e propósitos das conquistas portuguesas.

Apesar dos entraves, Gândavo reconhece a possibilidade de ter se confrontado com a Providência. Ao menos é o que está inscrito em uma de suas epístolas, destinada *Ao Mui Ilustre Senhor Dom Lionis Pereira*, no documento *História da Província Santa Cruz a que Vulgarmente Chamamos de Brasil*. Na epístola, Gândavo sugere, de maneira sutil e breve como um segredo, que poderia ter encontrado o Paraíso. O português, como base para suas impressões, assim como Colón, deixa-se influenciar pelas escrituras sagradas ao deparar-se com as terras.

(...) *E isto assim pelo merecimento do nobilíssimo sangue e clara progénie donde traz sua origem, como pelos troféus das grandes vitórias e casos bem afortunados que lhe hão sucedido nessas partes em que Deus o quis favorecer com tão larga mão (grifo meu) que não cuido ser toda minha vida bastante para satisfazer à menor parte de seus louvores. E como todas estas razões me ponham em tanta obrigação, e eu entenda que outra nenhuma coisa se deve ser aceita a pessoas de altos ânimos que a lição das escrituras, por cujos meios se alcançam os segredos de todas as ciências (grifo meu), e os homens vêm ilustrar seus nomes, e perpetuá-los na terra com fama imortal* (GÂNDAVO, 1995:45)

Apesar de admitir de maneira sorrateira a possibilidade do Paraíso Terrestre a menção de Gândavo não ganhou maiores proporções a ponto de desvirtuar o projeto colonial. O que deixa claro o interesse e a preocupação dos portugueses em relação à América. Tanto que prevaleceram preocupações em como se poderia aproveitar os recursos naturais encontrados.

(...) *há muito peixe em extremo, e junto dele muita infinita caça de porcos e veados. Aqui se pode fazer uma povoação, onde os homens vivam muito abastados e façam muitas fazendas* (GÂNDAVO, 1995:7).

A menção ao Paraíso aparece uma vez em todo o seu relato sobre o Brasil, o que atesta uma certa desimportância ao fato e leva a crer que a menção tenha se relacionado com a dificuldade de situar as imagens que se experienciava. Deparar-se com a biodiversidade americana era motivo de espanto e diante da obrigatoriedade de descrever a experiência e da dificuldade em descrevê-la, a referência edêника poderia ser conveniente pela aproximação. Não importavam suas convicções pessoais ou crenças: elas eram menores em relação ao projeto que representava.

O que se deve ter em mente para compreender o processo hermenêutico é que os navegadores, diante da dificuldade em entender um espaço incomum, utilizaram figuras surpreendentes para dar legibilidade à experiência. Desse modo, qualquer possibilidade que tornasse viável a aproximação com a realidade experienciada seria legítima e reconhecida como representação da *verdade* por mais surpreendente que pudesse parecer. Mesmo porque as tentativas estariam de acordo com valores e significados sociais reconhecidos e compartilhados por uma lógica de ver o mundo. Se fosse primordial o interesse em encontrar o Paraíso, Gândavo investiria em fundamentações capazes de realizar-se em tratados comprobatórios como tentou Colón.

O Paraíso de Gândavo em relação ao proferido por Colón distingue-se por não ser um Paraíso prometido por Deus, embora haja uma semelhança evidente e admitida em uma de suas epístolas. O Paraíso de Gândavo é lugar imaginado pelo homem e prometido ao próprio homem.

O navegador, talvez pela experiência de sua Empresa ou pelas observações de outras experiências, parecia estar cônscio dos seus limites de navegador, servo. Não foi em vão que sua imaginação perfilou-se em caminho inverso aos demais navegadores. Ou seja, fez-se devota aos nobres e Reis. O navegador limitou-se a descrever um mundo que queriam os outros.

O discurso de Gândavo constrói-se na perspectiva de que o Paraíso poderia ser o que quisessem os outros. Se muitos quiseram que o Paraíso fosse a América e o espaço americano se tornasse uma dádiva de Deus, assim o pôde ser para muitos. Mas poderia ser diferente, assim o foi, para ele. O Paraíso poderia ser onde o espírito se acomodasse satisfeito ao dispor de suas próprias vontades e abundância e não havia razão para sentir-se culpado.

Finalmente que com Deus tenha de muito longe esta terra dedicada à Cristandade e o interesse seja o que mais leva os homens trás si que outra nenhuma coisa que haja na vida, parece manifesto querer intretê-lo na terra com esta riqueza do mar até chegarem a descobrir aquelas grandes minas que a mesma terra promete, para que assim desta maneira tragam ainda toda aquela cega e bárbara gente que habita nestas partes, ao lume e conhecimento da nossa Santa Fé Católica, que será descobrir-lhe outras maiores no céu, o qual nosso Senhor permita que assim seja para glória sua e salvação de tantas almas (GÂNDAVO, 1995:93).

Incertezas sobre o que poderia ser o Paraíso permaneceram e, de certa maneira, ainda nos dias de hoje permanecem. O Paraíso que pode ser o que nós quisermos que seja: estado de espírito; abundância de riquezas, saúde e empregos; haréns; ócio; céu; uma ilha; um lugar distante dos homens, enfim. Convicções, fé e interesses aliam-se a subjetividades e determinam de maneira *clarividente* a idéia do que poderia vir a ser o significado do Paraíso. Para existir, basta imaginá-lo, acreditar e constituí-lo como fizeram tantos ao difundi-lo. Se para Colón o Paraíso estava ligado a profecias do imaginário judaico-cristão não esteve para Vespúcio assim como também não esteve para Gândavo. Para o português o Paraíso esteve relacionado a um universo mercantil. Embora, pudesse ser diferente.

CONCLUSÃO

Entre a Necessidade e a ‘Verdade’, a Utopia dos Navegantes

Denomina-se imaginação a faculdade do indivíduo de criar realidades que não existem. Apesar de muitos desconsiderarem a utilidade prática da imaginação é preciso considerar o inverso: admiti-la como uma das principais atividades humanas, responsável pelo o que se torna possível, já que tudo o que existe é previamente imaginado.

A imaginação é privilégio de todos e interfere de maneira substancial na vida das pessoas. Quando se afirma: *não pode ser feito*, o indivíduo dotado de imaginação responde: *É possível*. Talvez tenha sido assim quando o homem desejou voar, antes de inventar o avião; ou, ainda, quando desejou cura e saúde, ao tornar possíveis vacinas e medicamentos.

O mesmo se pode dizer a respeito dos espaços imaginados, em específico, os *materializados* nos séculos XV e XVI pelos navegadores-escritores. O continente americano assemelhou-se a um universo que há muito tempo se constituía no imaginário do homem como referência cosmogônica onde tudo existia em perfeita harmonia. Em outras palavras, um mundo primordial de abundâncias e fartura ganha notoriedade ao deixar o plano das projeções políticas e poéticas e efetivar-se possível.

Até então a construção de lugares ideais só havia sido possível por meio de narrativas que reproduziam imaginações na tentativa de viabilizá-las. O intento, quase uma obsessão, baseava-se em querer superar insuficiências e apresentar novos modelos de sociedade por meio de anseios – utopismos –, de acordo com Coelho Neto (1987). Viabilizar as imaginações era uma tentativa de alcançar a redenção; uma espécie de *Paraíso* onde se teria com harmonia a junção da beleza com a abundância e a justiça: sonho do homem.

Nesse sentido, os relatos de viagem, ao relacionarem o universo americano com a realidade que se ambicionava tornaram-se vias importantes para se refletir mais e melhor a respeito do que poderia vir a ser o espaço ideal. Funcionaram como uma espécie de provocação a uma realidade constituída, em favor da renovação de preceitos e valores igualmente constituídos. Propósitos que, tempos depois, solidificaram-se responsáveis pela (re)descoberta do mundo, na experiência de (re)criá-lo como *utopias*. Basta perceber a influência dos relatos de viagem na constituição das utopias no século XV e XVI como gênero literário⁹.

No entanto, ao se ler os relatos de viagem, constata-se que o entusiasmo com o Novo Mundo comprometeu a autonomia da realidade americana: uma realidade que independia das expectativas e imaginações européias mas que foi submetida aos caprichos e conquistas dos europeus tornando-se muitas vezes o que não poderia ser. Ou seja, o que foi descrito

⁹ Ver *A Utopia*, de Thomas More (1516); *A Cidade do Sol*, de Tommaso Campanella (1602) e *A Nova Atlântida*, de Francis Bacon (1623).

como realidade na América relacionou-se mais a ansiedade de ver materializado desejos do que reconhecer uma realidade autônoma e distinta que se assemelhava tão-somente ao que se queria vivenciar.

As imaginações, desse modo, tornaram-se um transtorno ao sobressaírem nas descrições dos relatos e comprometeram as realidades testemunhadas. Ou seja, imaginação e realidade confundiram-se e provocaram incoerências, equívocos, desvios e inverdades: malestares na forma como entender a Quarta região do Mundo. Desse modo, a América ganhou forma a partir a partir do que poderia ser do que propriamente era de fato. Tornaram-se o que quiseram os europeus.

Colón vislumbrou a possibilidade de se ter descoberto uma Terra Abençoada; Vespuícius inventou outro mundo, uma representação *revolucionária, best-seller* – talvez o primeiro da história por conta do advento da imprensa, das ilustrações e conteúdo sensacionalista – que chocou o Ocidente pela diferenças e maravilhas transcritas e o imortalizou como um dos protagonistas de uma transição de épocas; Gândavo encontrou uma forma fria e lucrativa de aproveitar o espaço mas que não deixou de concebê-lo como dádiva profética. Como se observa, cada um dos navegadores-escritores tratou a América como seu *Paraíso* particular e foi essa perspectiva que prevaleceu. O que é lícito. Afinal, o que seria o *Paraíso* para um católico do século XVI? E para um burguês desacreditado que tinha a necessidade de se firmar respeitado como homem em sua sociedade? O que seria o espaço ideal para um homem que representava uma das maiores Empresas de exploração marítimo-comercial? Mais: independente dos interesses específicos os navegadores-escritores eram movidos por interesses comuns: apropriação indébita de espaços capazes de gerar lucros ou riquezas. Assim, os europeus não estavam preocupados em reconhecer outras realidades.

Se houve dificuldades na representação do Outro, problemas que suscitaram imaginações que desvirtuaram o sentido da natureza americana, isso se deu por uma razão simples: dificuldade de compreender o que não era cristão, o que não era Ocidental em um momento em que o homem europeu descobria-se cada vez mais particular quando antes se sentia universal.

O Paraíso, independente da perspectiva atribuída pelos navegadores-escritores na América, foi produto da imaginação dos homens, resultado de frustrações e ansiedades. Uma imaginação que ganhou credibilidade a partir das leituras dos navegadores sobre o Novo Mundo quando se pensou encontrá-lo. De maneira curiosa, o Paraíso passou a ser intersecção de um período transitório. Mais: um enigma que se necessitava decifrar e,

talvez por isso, habitou, sem maiores constrangimentos, a partir de impressões particulares, tanto na realidade quanto na imaginação dos homens.

Ao levar em consideração os propósitos e as realidades dos cosmonautas é possível que os mesmos não estivessem interessados em suas realidade e a imaginação, desse modo, ganhou mais espaço. Mesmo porque a imaginação nos projetos expansionistas foi uma constante obrigatória porque foi obrigatória a designação de imaginar e encontrar espaços capazes de gerar felicidade. Desconsiderar a imaginação significaria despropositar o futuro, coisa que nenhum navegante ousou fazer. Afinal, navegadores desconheciam a realidade de seus destinos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, José de. *Historia Natural y Moral de las Indias*. Sevilla: Impresso na Casa de Juan de León, 1590. IN: Colección Clásicos Tavera, CD-ROM. Madrid: Ed. Fundación Histórica Tavera, 1998.
- AINSA, Fernando. *De la Edad de Oro al El Dorado. Génesis del Discurso Utópico Americano*. México: FCE, 1992.
- ALVES, Rubem. *A Gestação do Futuro*. Campinas: Papirus, 1986.
- ARISTOTELES. *A Poética*. Trad. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. Trad. Antonio da Costa Leal; Lídia do Valle Santos Leal. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- _____. *A Poética do Devaneio*. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BACON, Francis. *Nova Atlântida*. Trad. José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Abril/Nova Cultural, 1999.
- BERLIN, Isaiah. *Limites da Utopia*. Trad. Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renata Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BLOCH, Ernst. *O Princípio Esperança*. v.1. Trad. Nélio Schneider. Rio de Janeiro: EdUERJ:Contraponto, 2005.
- BODEI, Remo; PIZZOLATO, Luigi Franco. *A Política e a Felicidade*. Trad. Antonio Angonese. Bauru: EDUSC, 2000.
- BURCKHARDT, Jacob. *A Cultura do Renascimento na Itália: Um Ensaio*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- CAMPANELLA, Tommaso. *A Cidade do Sol*. Trad. Fernando Andrade. São Paulo: Ícone, 2002.
- CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, Eugênio Rezende de. *Nossa América: a Utopia de um Novo Mundo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2001.
- CHIAPPINI, L e WOLF DE AGUIAR, F. (org). *Literatura e História na América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- CIORAN, Emile Michel. *Historia e Utopia*. Trad. Miguel Serras Pereira. Amadora: Bertrand Editora, 1994.
- COLÓN, Cristobal. *Los Cuatro Viajes del Almirante y su Testamento*. In: <http://www.cervantesvirtual.com/servelet/sirveobras/50362733173581464260046/index.htm>
Acessado em 10/06/2003.
- _____. *Libro de las Profecías*. Juan Fernández Valverde (org). Madrid: Alianza Editorial; Sevilla: Universidad de Sevilla, 1992.
- CORDIVIOLA, Alfredo. *Um Mundo Singular. Imaginação, Memória e Conflito na Literatura Hispano-Americana do Século XVI*. Recife: PPGL/UFPE, 2005.
- CORNEJO POLAR, Antonio. *O Condor Voa. Literatura e Cultura Latino-Americanas*. Trad. Ilka Valle Carvalho. Belo Horizonte: EdUFMG, 2000.
- CURCIO, Carlo. *Formação e Caráter da Utopia Italiana no Renascimento*. In: Revista Morus. Trad. Carlos Eduardo Ornelas Berriel. Campinas: Oficina Gráfica da Unicamp, 2004, número 1. pp. 167-180.
- DAROCA, J. Campos; TUERO, Lens J. *Utopías del Mundo Antiguo*. Madrid: Alianza Editorial, 2000.
- ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. Trad. Póla Civelli. São Paulo: Perspectiva, 2004.

- ELLIOTT, Jonh H. *El Viejo Mundo y el Nuevo (1492-1650)*. Madrid: Alianza Editorial, 2000.
- FERNÁNDEZ MORENO, César (org). *América Latina em sua Literatura*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Cocanha: a História de um País Imaginário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas. Uma Arqueologia das Ciências Humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- GÂNDAVO, Pero Magalhães. *Tratado da Terra & História do Brasil*. Leonardo Dantas Silva (org). Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 1995.
- GRUZINSKI, Serge. *A Passagem do Século. 1480-1520: as Origens da Globalização*. Trad. Rosa Freire D’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. IN: *Intérpretes do Brasil*. Silviano Santiago (org). t.2. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2002. pp. _____ . *Visão do Paraíso: os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- HOLMES, George. *A Europa na Idade Média 1320-1450*. Lisboa: Presença, 1984
- JAUSS, Hans Robert. *A História da Literatura como Provocação à Teoria Literária*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.
- LANGER, Johnni. *As Cidades Imaginárias do Brasil*. Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná; The Document Company – Xerox do Brasil, 1997.
- LIMA, Luiz Costa. *O Controle do Imaginário. Razão e Imaginação no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *Sociedade e Discurso Ficcional*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.
- LÓPEZ, Juan Ignacio Jurado-Centurión. *A Forja da Identidade Através da Literatura Colonial dos Séculos XVI e XVI: Navegantes, Cronistas e Religiosos no Novo Mundo*. Dissertação de Mestrado orientada pelo Professor Dr. Alfredo Cordiviola (UFPE) e apresentada ao Departamento de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2006.
- MARÍAS, Julián. *A Felicidade Humana*. Trad. Diva Ribeiro de Toledo Piza. São Paulo: Duas Cidades, 1989.
- MIGNOLO, Walter. *Cartas, Crónicas y Relaciones del Descubrimiento y la Conquista*. IN: MADRIGAL, Luís Íñigo (org) *Historia de la Literatura Hispanoamericana Colonial*. Tomo 1. Madrid: CATEDRA, 2002. pp. 57-117.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Trad. Sérgio Magalhães Santeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil. Origens da Autocracia Burguesa*. São Paulo: Cortez, 1997.
- MONTAIGNE, Michel de. *Ensaios*. v.1. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MONTESQUIEU. *Do Espírito das Leis*. Trad. Gabriela de Andrada Dias Barbosa. Rio de Janeiro: Ediouro, 1985.
- MORE, Thomas. *A Utopia*. Trad. Jefferson Luiz Camargo; Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MORENO, César Fernández (org). *América latina em Sua Literatura*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
- NOVAES, Adauto (org). *A Descoberta do Homem e do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999
- _____. *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

- O'GORMAN, Edmundo. *Invenção da América*. Trad. Ana Maria Martinez; Manoel Lelo Bellotto. São Paulo: UNESP, 1992.
- PAQUOT, Thierry. *A Utopia. Ensaio Acerca do Ideal*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: DIFEL, 1999.
- PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura*. v.1. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1993.
- PLATÃO. *A República*. Trad. Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 2002.
- POLO, Marco. *As Viagens de Marco Pólo. 'Il Millione'*. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- RICOEUR, Paul. *Ideologia e Utopia*. Trad. Teresa Louro Perez. Lisboa: Edições 70, 1999.
- RIBEIRO, Ana Cláudia Romano. *A Ilha dos Hermafroditas: viagem à França especular de Henrique III*, trabalho de mestrado (tradução e estudo) orientado pelo Prof. Dr. Carlos Eduardo Ornelas Berriel. Departamento de Teoria e História Literária, IEL, UNICAMP, 2005.
- SANTIAGO, Gabriel Lomba. *As Utopias Latino-Americanas*. Campinas: Ed. Alínea, 1998.
- SEARLE, John. *A Intencionalidade*. Trad. Julio Fisher; Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. São Paulo/Campinas: Atual/Editora da UNICAMP, 1984.
- SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. Trad. Renato Jamine Ribeiro e Laura Texeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Leonardo Dantas Silva (org). Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2000.
- SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil Não é Longe Daqui. O Narrador, a Viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- COELHO NETO, José Teixeira. *O Que é Utopia*. São Paulo: Abril Cultural/ Brasiliense, 1985.
- THEODORE, Janice. *América Barroca*. São Paulo: Nova Fronteira/ EdUSP, 1992.
- VEGA, Garcilaso de la. *Primera parte de los Cometarios Reales que Tratan de la Origen de los Yncas, Reyes que Fueron del Perú, de su Idolatría, Leyes y Gobierno en Paz y Guerra: de sus Vidas y Conquistas, y de todo lo que fue Aquel Imperio y su Republica, Antes que los Españoles les Pasaran a El*. Lisboa: Oficina de Pedro Crasbeeck, 1609. IN: Colección Clásicos Tavera, CD-ROM. Madrid: Ed. Fundación Histórica Tavera, 1998.
- VESPÚCIO, Américo. Eduardo Bueno (org). *Novo Mundo. As Cartas que Batizaram a América*. São Paulo: Planeta, 2003.
- WHITE, Hayden. *Trópico do Discurso. Ensaios Sobre a Crítica e a Cultura*. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo, 2001.
- ZILBERMAN, Regina. *Estética da Recepção e História da Literatura*. São Paulo: Ática, 2004.

